



Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Mato Grosso

Relatório de gestão do exercício 2016

Relatório de gestão do exercício 2016

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Mato Grosso

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016, da Portaria TCU nº 59/2017 e das orientações do órgão de controle interno.

Lista de tabelas, ilustrações, abreviaturas, siglas e símbolos

CAU/BR Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CAU/MT Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Mato Grosso

TCU Tribunal de Contas da União

NCASP Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

SICCAU Sistema de Informação e Comunicação do CAU

RRT Registro de Responsabilidade Técnica

CAF Comissão de Atos Administrativos e Finanças

IN Instrução Normativa

CF/88 Constituição Federal de 1988

NBCASP Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

STN Secretaria do Tesouro Nacional

NBC T Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas

Lista de Anexos e Apêndices

Título	Descrição
Descrição dos Cargos	
Tabela	Tabela de Cargos
Limites estratégicos	
Resultados	
Análise Geral	
Objetivos e Metas	
Demonstrativo de pagamento	
Relação de Despesas Modalidade de Licitação	
Relação de Restos a pagar	
Declaração de Unidade Pessoal	
Deliberação Plenária	

Sumário

2 - APRESENTAÇÃO	6
2.1 APRESENTAÇÃO	6
3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	9
INTRODUÇÃO SEÇÃO	9
3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	9
3.2 NORMAS	11
3.3 HISTÓRICO	12
3.4 ORGANOGRAMA	13
4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	18
INTRODUÇÃO SEÇÃO	18
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	18
4.1.1 OBJETIVOS DO EXERCÍCIO	20
4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	23
4.2 RESULTADOS	25
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	26
4.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	27
4.3.2 TRANSFERÊNCIAS	30
4.3.3 RECEITAS	31
4.3.4 DESPESAS	33
4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL	34
4.5 INDICADORES	35
5 - GOVERNANÇA	58
INTRODUÇÃO SEÇÃO	58
5.1 GOVERNANÇA	58
5.2 DIRIGENTES	59
5.3 AUDITORIA	66
5.4 APURAÇÕES	67
5.5 GESTÃO RISCOS	68
5.6 REMUNERAÇÕES	69
5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE	70
6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	71
INTRODUÇÃO SEÇÃO	71
6.1 GESTÃO DE PESSOAS	71

6.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL	72
6.1.2 DESPESA C/ PESSOAL	73
6.1.3 GESTÃO DE RISCOS	75
6.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA	76
6.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	77
6.2.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	78
7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	79
INTRODUÇÃO SEÇÃO	79
7.1 CANAIS DE ACESSO	79
7.2 PESQUISA SATISFAÇÃO	81
7.3 TRANSPARÊNCIA	82
7.4 ACESSIBILIDADE	83
8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	84
8.1 DESEMPENHO FINANCEIRO	84
8.2 NCASP	87
8.3 APURAÇÃO CUSTOS	88
8.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	89
9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	126
9.1 DETERMINAÇÕES DO TCU	126
9.2 RECOMENDAÇÕES DE CONTROLE INTERNO	127
9.3 DANOS AO ERÁRIO	128
10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	129
10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	129
11 - ANEXOS E APÊNDICES	130
11.1 ANEXOS E APÊNDICES	130
ASSINATURA(S)	135
12 - OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	136
12.1 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	136

2 - APRESENTAÇÃO

2.1 APRESENTAÇÃO

Apresentação da forma como está estruturado o relatório de gestão

Na condição de Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional, o CAU/MT elaborou seu Relatório de Gestão, conforme estrutura geral de conteúdos definidos no Anexo II à DN/TCU nº 154/2016, aplicável aos Conselhos, estrutura de conteúdos constante do Anexo Único da Portaria-TCU nº 59/2017, bem como, em conformidade às considerações e orientações disponíveis no sistema de apresentação o relatório de gestão ao TCU, o e-Contas.

Principais realizações da gestão no exercício

Em novembro de 2014 foram realizadas novas eleições para eleger a nova gestão 2015-2017. No CAU/BR Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz foi reeleito presidente. No Estado de Mato Grosso ganhou as eleições a chapa Um Novo Caminho. Em 05 de janeiro de 2015, realizou-se a primeira sessão plenária do ano que elegeu Wilson Fernando Vargas de Andrade como o novo presidente do CAU/MT e Francisco José Duarte Gomes como vice presidente.

O ano de 2016 foi o segundo ano da Gestão eleita de 2015-2017, foi marcado pelo desenvolvimento de ações com base no objetivo principal delimitado pelo Planejamento Estratégico: Promover a Arquitetura e Urbanismo para todos. As atividades desempenhadas foram as mais diversas: valorização profissional, fiscalização, comunicação, atendimento, palestras, seminários, cursos, eventos, ações sociais, campanhas promovendo a ética profissional, encontros, representações em conselhos e comissões, organização de grupos de trabalhos, entre outras.

Todas as ações estruturadas dentro do Planejamento das Comissões, aprovadas em Plenário, foram executadas buscando o reconhecimento da instituição como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo, valorizando o campo, e disseminando-as para toda a sociedade.

O CAU/MT esteve junto à sociedade e aos seus representados, realizando no ano de 2016 palestras, feiras, cursos de capacitação, atuação da fiscalização no interior. Destacou-se o evento em homenagem ao Dia do Arquiteto e Urbanista, que contou com diversas palestras, e painéis de debates. Buscando acima de tudo a valorização e capacitação do profissional. O evento solicitou como inscrição nas atividades um quilo de alimento não perecível, que posteriormente foi entregue a um lar de idosos, como uma ação social vinculada ao projeto.

A Comissão de Ensino e Formação do CAU/MT deu continuidade as ações do Projeto Bem Vindo, no qual participa da colação de grau dos novos arquitetos e urbanistas. Na ocasião é entregue uma placa de honra ao mérito ao aluno que se destacou com a melhor média, e materiais orientativos a todos os futuros profissionais. Estes materiais explicam a função do Conselho, orientam os estudantes recém graduados, oferecem um guia de registro, código de ética, entre outros.

Outro evento de destaque realizado foi o CAUconnect, levando debates, orientações, fiscalização, coleta biométrica, cursos e palestras em diversos municípios do estado. Em

todos os encontros foram realizadas reuniões na prefeitura, orientações, fiscalização e coleta biométrica. Nos municípios nos quais existem instituições de ensino superior que oferece o curso de arquitetura e urbanismo, também foram realizadas atividades, como orientações a coordenação e palestras. Entre as cidades alcançadas pelo projeto nesse ano podemos citar: Cuiabá, Várzea Grande, Campo Verde e Rondonópolis.

Durante o ano o CAU/MT realizou parceria para a realização de eventos que pudessem contribuir para o desenvolvimento profissional, da cidade, e da arquitetura e urbanismo. Entre os eventos podemos listar o Workshop de lançamento do Alvará Automático da Prefeitura Municipal de Cuiabá; 14º Semana Nacional dos Museus; Programa Consciência Cidadã em Sinop; 1º Ciclos de Arquitetura e Urbanismo em Sinop; 1º Semana de Arquitetura e Urbanismo da FASIPE; Cuiabá para pessoas 2016; Dia do Estudante de Arquitetura e Urbanismo; XXIX Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Regional Centro; II Semana da Arquitetura e Urbanismo – Univag; Mesa Redonda CAUiversidade no EREA; XIII Semana de Arquitetura e Urbanismo da UNEMAT.

Além disso, durante o ano aconteceram reuniões com entidades diversas e objetivos variados, como: fiscalização, orientação, alinhamento de ações. Entre as instituições com as quais o CAU/MT se reuniu podemos listar a Secretária de Mobilidade Urbana da Prefeitura de Cuiabá, o Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Cuiabá, a Vigilância Sanitária, a Associação de Arquitetos e Urbanistas da Região Sul de Mato Grosso, o Instituto de Desenvolvimento e Planejamento Urbano de Cuiabá, a Universidade Federal de Mato Grosso, A Ordem dos Advogados de Mato Grosso e o Corpo de Bombeiros.

O CAU/MT também possui representações e participa das reuniões e ações dos seguintes órgãos: Conselho Estadual de Cidades, Conselho Municipal do Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, Comissão Temporária Especial para busca de acompanhamento nos LIP(s), Conselho Municipal de Desenvolvimento Estratégico, Conselho Deliberativo Metropolitano da Região do Vale do Rio Cuiabá, Rede de Controle, Grupo de Trabalho Estadual de Apoio a Provisão Habitacional, e Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Cuiabá.

Além disso, o CAU/MT realiza reuniões mensais do Conselho Diretor, Plenária, Comissão Especial de Política Urbana e Ambiental, e das Comissões Ordinárias de Planejamento, Administração e Finanças; Exercício Profissional; Ética e Disciplina; Ensino e Formação. O CAU/MT também comparece as reuniões plenárias ampliadas, de comissões, grupos de trabalho, fóruns e seminários promovidos pelo CAU/BR.

Principais dificuldades encontradas para realização dos objetivos no exercício

O estado de Mato Grosso é extenso, contudo existe apenas uma única unidade física localizada na capital. Sendo assim, existe uma grande dificuldade de mobilização, em especial pelos altos custos, para levar ações e atividades as cidades do interior. Muitos profissionais não possuem disponibilidade ou recursos para comparecer a sede do CAU quando necessário.

Outras informações úteis para despertar a atenção dos usuários do relatório

Implantação do Portal de transparência

3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

INTRODUÇÃO SEÇÃO

DENOMINAÇÃO COMPLETA	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Mato Grosso		
DENOMINAÇÃO ABREVIADA	CAU MT	CNPJ	14.820.959/0001-88
NATUREZA JURÍDICA	Autarquia Federal	CONTATO	(65) 3028-4652
CÓDIGO CNAE	84.11-6-00		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	presidente@caumt.org.br		
PÁGINA INTERNET	www.caumt.org.br		
ENDEREÇO POSTAL	Av Historiador Rubens de Mendonça, 2368 Ed. Top Tower Sala 101 a 103		
CIDADE	Cuiaba	UF	MT
BAIRRO	Bosque Saude	CEP	78.050-000
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	www.caumt.org.br		

3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Finalidade e competências institucionais da entidade jurisdicionada

De acordo com o art. 34 da Lei de Criação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal, compete aos CAUs:

- I - elaborar e alterar os respectivos Regimentos Internos e demais atos administrativos;
- II - cumprir e fazer cumprir o disposto nesta Lei, no Regimento Geral do CAU/BR, nos demais atos normativos do CAU/BR e nos próprios atos, no âmbito de sua competência;
- III - criar representações e escritórios descentralizados no território de sua jurisdição, na forma do Regimento Geral do CAU/BR;
- IV - criar colegiados com finalidades e funções específicas;
- V - realizar as inscrições e expedir as carteiras de identificação de profissionais e pessoas jurídicas habilitadas, na forma desta Lei, para exercerem atividades de arquitetura e urbanismo, mantendo o cadastro atualizado;
- VI - cobrar as anuidades, as multas e os Registros de Responsabilidade Técnica;
- VII - fazer e manter atualizados os registros de direitos autorais, de responsabilidade e os acervos técnicos;
- VIII - fiscalizar o exercício das atividades profissionais de arquitetura e urbanismo;
- IX - julgar em primeira instância os processos disciplinares, na forma que determinar o Regimento Geral do

CAU/BR;

X - deliberar sobre assuntos administrativos e financeiros, elaborando programas de trabalho e orçamento;

XI - sugerir ao CAU/BR medidas destinadas a aperfeiçoar a aplicação desta Lei e a promover o cumprimento

de suas finalidades e a observância aos princípios estabelecidos;

XII - representar os arquitetos e urbanistas em colegiados de órgãos públicos estaduais e municipais que

tratem de questões de exercício profissional referentes à arquitetura e ao urbanismo, assim como em órgãos não

governamentais da área de sua competência;

XIII - manter relatórios públicos de suas atividades; e

XIV - firmar convênios com entidades públicas e privadas.”

Informações adicionais

Lei de criação 12.378

3.2 NORMAS

Normas de criação e alteração das unidades jurisdicionadas

Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das unidades jurisdicionadas

Regimento Interno, Resoluções do CAU/BR e do CAU/UF, Deliberações Plenárias Relevantes, Portarias Normativas, entre outras normas vigentes no exercício.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das unidades jurisdicionadas

Portarias Normativas publicados e utilizados pelo CAU/MT

Informações adicionais

Disponibilização das Normas no endereço eletrônico: <http://transparencia.caumt.gov.br>

3.3 HISTÓRICO

ANEXO - Descrição dos Cargos - Vide anexo do tópico 3.3 no final da seção

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAU/UF foram criados com a Lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo no país. Uma conquista histórica para a categoria, que significa maior autonomia e representatividade para a profissão.

Resultado da aspiração e mobilização, que durou mais de 50 anos, dos arquitetos e urbanistas brasileiros envolvidos nas 5 principais Entidades Nacionais de Arquitetura e Urbanismo – IAB, FNA, AsBEA, ABEA e ABAP – coligadas desde 1998 no Colégio Brasileiro de Arquitetos.

Autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público, o CAU possui a função de “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo” (§ 1º do Art. 24º da Lei 12.378/2010).

O CAU/BR e os CAU/UF tiveram o prazo máximo de um ano, para realizar a primeira eleição de Conselheiros. Em 15 de dezembro de 2011, tomou posse Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz como primeiro Presidente do CAU/BR. Em 05 de Dezembro de 2011, realizou-se a primeira Reunião Plenária do CAU/MT que elegeu Claudio Santos Miranda como primeiro presidente, Nicácio Lemes de Almeida Junior como vice presidente, e inaugurou os trabalhos de instalação do CAU em Mato Grosso. Em novembro de 2014 foram realizadas novas eleições para eleger a nova gestão 2015-2017. No CAU/BR Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz foi reeleito presidente. No Estado de Mato Grosso ganhou as eleições a chapa Um Novo Caminho, foram eleitos 18 conselheiros, sendo 09 titulares e 09 suplentes. Em 05 de janeiro de 2015, realizou-se a primeira sessão plenária do ano que elegeu Wilson Fernando Vargas de Andrade como o novo presidente do CAU/MT.

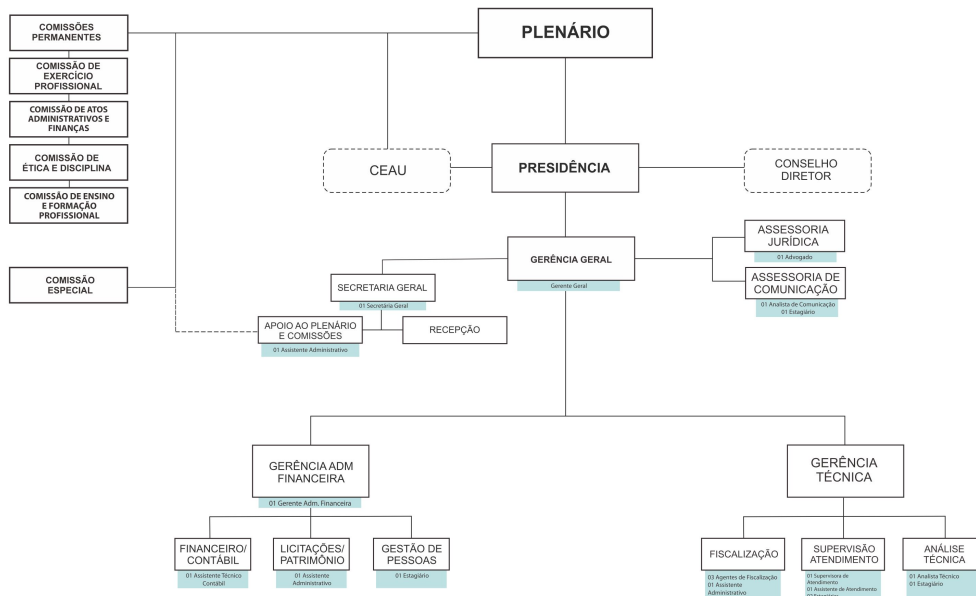
3.4 ORGANOGRAMA



CAU/MT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Mato Grosso

EMPREGOS



www.caumt.org.br / atendimento@caumt.org.br

ANEXO - Tabela - Tabela de Cargos - Vide anexo do tópico 3.4 no final da seção

Descrição dos Cargos - Anexo do tópico 3.3

CARGO	DESCRIÇÃO	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO DO CARGO
ADVOGADO	Elaborar notas, pareceres e informações referentes a casos concretos, bem como estudos jurídicos, nos assuntos de sua competência, por solicitação do	SUPERIOR DIREITO	CONCURSADO
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	Auxiliar nas atividades administrativas, financeiras e técnicas do Conselho.	NIVEL MÉDIO	CONCURSADO
ASSISTENTE DE ATENDIMENTO	Atendimento aos arquitetos e público em geral	NIVEL MÉDIO	CONCURSADO
ASSISTENTE TÉCNICO CONTÁBIL	Auxiliar nas atividades administrativas, financeiras e técnicas do Conselho.	NIVEL MÉDIO/TÉCNICO	CONCURSADO
ANALISTA DE COMUNICAÇÃO	Executar, planejar, organizar e supervisionar as atividades da Área com base nas determinações do seu superior.	SUPERIOR EM COMUNICAÇÃO	CONCURSADO
AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	Orientar, fiscalizar as atividades relacionadas a Profissão.	SUPERIOR EM ARQUITETURA E URBANISMO	CONCURSADO
ANALISTA TÉCNICO	Executar as atividades de análise técnica	SUPERIOR EM ARQUITETURA E URBANISMO	CONCURSADO
GERENTE GERAL	Planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades do conselho desenvolvidas pelas Gerências e Assessorias Específicas	SUPERIOR	LIVRE PROVIMENTO
GERENTE ADM/FINANCEIRO	Programar, coordenar e controlar a execução de atividades delegadas pela chefia imediata.	SUPERIOR	CONCURSADO
GERENTE TÉCNICO	Programar, coordenar e controlar a execução de atividades delegadas pela chefia imediata.	SUPERIOR	LIVRE PROVIMENTO
SECRETÁRIA	Controlar, auxiliar a execução de atividades das reuniões de comissões, plenárias, atender as demandas delegadas pela chefia imediata.	SUPERIOR	LIVRE PROVIMENTO
SUPERVISORA DE ATENDIMENTO	Programar, coordenar e controlar a execução de atividades do atendimento, atender as demandas delegadas chefia imediata.	NIVEL MÉDIO	LIVRE PROVIMENTO

Tabela - Tabela de Cargos - Anexo do tópico 3.4

**TABELA I - REMUNERAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DO CAU/MT
EMPREGOS EFETIVOS DE NÍVEL SUPERIOR**

Designação de empregos	Remuneração Individual (R\$)
Advogada	R\$ 4.350,49
Analista de Comunicação	R\$ 4.350,49
Analista Técnica de Arquitetura	R\$ 5.399,59
Agente de Fiscalização	R\$ 5.399,59
Agente de Fiscalização	R\$ 5.399,59
Agente de Fiscalização	R\$ 5.399,59
Coordenador Administrativo	R\$ 4.350,49

**TABELA II - REMUNERAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DO CAU/MT
EMPREGOS EFETIVOS DE NÍVEL MÉDIO**

Designação dos empregos	Área de Atuação	Remuneração Individual (R\$)
Assistente de Atendimento	Atendimento	R\$ 1.852,94
Assistente Administrativo	Apoio ao plenário e comissões	R\$ 1.852,94
Assistente Administrativo	Licitações e patrimônio	R\$ 1.852,94
Assistente Administrativo	Fiscalização	R\$ 1.852,94
Assistente Técnico Contábil	Contabilidade	R\$ 1.852,94

**TABELA III - REMUNERAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DO CAU/MT
EMPREGOS DE LIVRE PROVIMENTO E DEMISSÃO DE NÍVEL SUPERIOR**

Designação dos empregos	Remuneração Individual (R\$)
Gerente Geral	R\$ 6.533,31
Secretaria Geral	R\$ 3.472,56

**TABELA IV - REMUNERAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DO CAU/MT
EMPREGOS DE LIVRE PROVIMENTO E DEMISSÃO DE NÍVEL MÉDIO**

Designação dos empregos	Área de atuação	Remuneração Individual (R\$)
Supervisora de Atendimento	Supervisão de atendimento	R\$ 2.226,00

4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

INTRODUÇÃO SEÇÃO

Visamos cumprir a função como Conselho de Fiscalização de “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo”

Promover a Arquitetura e Urbanismo para todos

4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

“O Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, compreendendo a Unidade Nacional – CAU/BR e as Unidades Estaduais – CAU/UF, autarquia criada pela Lei 12.378/2010, tem como função “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo”.

O Planejamento Estratégico busca através da avaliação dos resultados obtidos com a aplicação da estratégia atual, bem como de uma reflexão sobre os cenários de atuação e de recursos, estabelecer um conjunto de prioridades e metas para orientar a atualização dos planos de ação do CAU/BR e dos CAU/UF, visando o alcance dos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico do CAU, que é a síntese do seu Planejamento Estratégico 2023.

O Planejamento estratégico 2023 foca nas prioridades, políticas, estratégias e resultados para o alcance da missão Promover a Arquitetura e Urbanismo para Todos e da visão Ser Reconhecido como Referência na Defesa e Fomento das Boas Práticas da Arquitetura e Urbanismo.

O Plano de Ação de 2016 realizado com base no Planejamento Estratégico até 2023, elaborado de forma integrada com os parceiros internos. Os projetos e atividades – metas, resultados e indicadores de desempenho, focaram a contribuição a cada objetivo estratégico.

O Plano de Ação do CAU/BR e dos CAU/UF para o exercício de 2016 seguem as premissas e orientações estratégicas traçadas no Planejamento Estratégico do CAU - na visão de longo prazo 2023, objetivando ao atendimento às perspectivas e objetivos estratégico que se apresentam no Mapa Estratégico. Para a elaboração do Plano de Ação, Planejamento Tático e Operacional, estruturado em iniciativas estratégicas - projetos e atividades vinculados aos objetivos estratégicos priorizados para o exercício, as orientações e destinações estratégicas de recursos estão em conformidade com as políticas e prioridades estabelecidas pelo Conselho, para 2016, na forma das Diretrizes para Elaboração do Plano de Ação, aprovadas. No decorrer do exercício, frente às metas realizadas e resultados alcançados no período, bem como a novas políticas e diretrizes que se façam necessárias para um melhor desempenho da atuação do Conselho, na busca do alcance de sua Missão e Visão, e em prol do fortalecimento da profissão e da arquitetura e urbanismo, as correções de rumo que se fizeram necessários foram objeto de ajustes no

processo das reprogramações do Plano de Ação e Orçamento 2016, que ocorreram no período, observando as prioridades e estratégias definidas nas Diretrizes para Reprogramação do Plano de Ação e Orçamento do CAU, na forma aprovada pelo Plenário. Os limites e condições de alocação de recursos estratégicos para o exercício de 2016 situaram-se, praticamente, nas metas previstas/aprovadas para o exercício. As variações frente às metas previstas justificaram pelas adequações realizadas pelo CAU/BR, visando a um melhor atendimento às políticas e prioridades de atuação estabelecidas no alcance da Missão e Visão do Conselho.”

4.1.1 OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

Visão Geral

Apresentação da técnica de planejamento estratégico adotada

A ferramenta principal foi o Balanced Scorecard (BSC)

Visão

Ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo

Missão

Promover arquitetura e Urbanismo para todos

Valores

- Ética e transparência;
- Excelência Organizacional;
- Comprometimento com a inovação;
- Unicidade e integração;
- Democratização da informação e conhecimento;
- Interlocução da Arquitetura e Urbanismo na sociedade.

Diagnóstico Estratégico

Análise de ambiente interno

FORÇAS:

- Corpo funcional permanente (concursados);
- Reconhecimento pela categoria profissional;
- Ausência de história negativa;
- Base tecnológica diferenciada.

FRAQUEZAS:

- Carência de informações sobre o público alvo;

- Erros nas atuais tecnologias desenvolvidas pelo Conselho;
- Unidade fixa apenas na capital do estado;

Análise de ambiente externo

OPORTUNIDADES

- Novas tecnologias;
- Parcerias com instituições.

AMEAÇAS

- Prática da atividade de Reserva Técnica defendida por diversos arquitetos no estado;
- Atual conjuntura política e econômica do país;
- Desvalorização pelos próprios profissionais da Tabela de Honorários;
- Não reconhecimento da Resolução nº 51 pelas esferas públicas.

Fatores críticos para o sucesso do planejamento estratégico

Entre as dificuldades encontradas para o sucesso do planejamento estratégico foram os trâmites burocráticos.

O estado de Mato Grosso é extenso, contudo temos apenas uma única unidade física localizada na capital. Sendo assim, existe uma grande dificuldade de mobilização, em especial pelos altos custos, para levar ações e atividades as cidades do interior.

Elaboração da Estratégia

Identificação da estratégia atual

Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo - Ações da fiscalização no interior/ fiscalização pessoa jurídica- arquivos JUCEMAT / Cursos / materiais informativos.

Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a sociedade - Ações no no interior do estado/ participação em Feiras de arquitetura e construção;

Influenciar as diretrizes de ensino de Arquitetura e Urbanismo e sua formação continuada - Cursos, palestras nas faculdades / Projeto CAU BEM VINDO.

Promover o exercício ético e qualificado da profissão - Debates/ palestras/ confecção de cartilhas.

Identificação da estratégia futura

Ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo e Promover arquitetura e Urbanismo para todos

Objetivos e Metas

- Macro Objetivo:

PROMOVER ARQUITETURA PARA TODOS

ANEXO - Objetivos e Metas - Vide anexo do tópico 4.1.1 no final da seção

4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Introdução

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo é uma Autarquia Federal uniprofissional dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, tem a função de “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo”

Missão/Finalidade institucional

1.0 Promover a Arquitetura e Urbanismo para todos;

1.1 - Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo;

1.2 - Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade;

1.3 - Influenciar as diretrizes do ensino de Arquitetura e Urbanismo e sua formação continuada;

1.4 - Promover o exercício ético e qualificado da profissão

Competências Legais

De acordo com o art. 34 da lei 12.378 de 31 de dezembro de 2010, compete ao CAU/UF:

I - elaborar e alterar os respectivos Regimentos Internos e demais atos administrativos;

II - cumprir e fazer cumprir o disposto nesta Lei, no Regimento Geral do CAU/BR, nos demais atos normativos do CAU/BR e nos próprios atos, no âmbito de sua competência;

III - criar representações e escritórios descentralizados no território de sua jurisdição, na forma do Regimento Geral do CAU/BR;

IV - criar colegiados com finalidades e funções específicas;

V - realizar as inscrições e expedir as carteiras de identificação de profissionais e pessoas jurídicas habilitadas, na forma desta Lei, para exercerem atividades de arquitetura e urbanismo, mantendo o cadastro atualizado;

VI - cobrar as anuidades, as multas e os Registros de Responsabilidade Técnica;

VII - fazer e manter atualizados os registros de direitos autorais, de responsabilidade e os acervos técnicos;

VIII - fiscalizar o exercício das atividades profissionais de arquitetura e urbanismo;

IX - julgar em primeira instância os processos disciplinares, na forma que determinar o Regimento Geral do CAU/BR;

X - deliberar sobre assuntos administrativos e financeiros, elaborando programas de trabalho e orçamento;

XI - sugerir ao CAU/BR medidas destinadas a aperfeiçoar a aplicação desta Lei e a promover o cumprimento de suas finalidades e a observância aos princípios estabelecidos;

XII - representar os arquitetos e urbanistas em colegiados de órgãos públicos estaduais e municipais que tratem de questões de exercício profissional referentes à arquitetura e ao urbanismo, assim como em órgãos não governamentais da área de sua competência;

XIII - manter relatórios públicos de suas atividades; e

XIV - firmar convênios com entidades públicas e privadas."

Análise crítica

Não se aplica à entidade

4.2 RESULTADOS

ANEXO - Limites estratégicos - Vide anexo do tópico 4.2 no final da seção

ANEXO - Resultados - Vide anexo do tópico 4.2 no final da seção

“DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO E ORÇAMENTOS DO CAU/BR E DOS CAU/UF

Art. 7º Os CAU/UF encaminharão ao CAU/BR, quadrimestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao quadrimestre findo, informações sobre a execução de seu plano de ação, contemplando:

I - relatório da execução do plano de ação, contemplando os resultados para os indicadores do mapa estratégico e dos projetos e atividades, bem como a execução das metas físicas e financeiras, frente ao previsto no plano aprovado;

II - justificativas da execução do plano de ação dos projetos e atividades, metas físicas e financeiras em patamares inferiores ou superiores a 20% (vinte por cento) em relação ao previsto.”

4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

DA RECEITA

* A receita arrecadada até o mês de dezembro de 2016 atingiu o valor de R\$ 2.417.411,10 que corresponde a 104% da Receita Corrente que é de R\$ 2.322.792,00.

DA DESPESA

* A despesa realizada até o mês de dezembro de 2016 atingiu o valor de R\$ 2.306.130,68, que corresponde a 54,12% da Proposta Orçamentária de 2016, que é de R\$ 4.261.517,00.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

* Comparando a Receita Arrecadada com a Despesa Realizada até o mês de dezembro de 2016, constatou-se um Superávit Orçamentário no valor de R\$ 111.280,42 do valor arrecadado até o mês de dezembro de 2016.

4.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Conta contábil	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
6.2.1.1 - RECEITA A REALIZAR	3.527.668,00	4.199.194,00	808.003,21	189.242,00	63.222,00	126.919,00	4.272.449,21	4.261.517,00
6.2.1.1.1 - RECEITA CORRENTE	2.345.923,00	2.309.194,00	99.217,00	140.517,00	63.222,00	126.919,00	2.381.918,00	2.322.792,00
6.2.1.1.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	510.356,00	615.325,00	21.307,00	517,00	6.859,00	14.473,00	524.804,00	601.369,00
6.2.1.1.1.02.01 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	510.356,00	615.325,00	21.307,00	517,00	6.859,00	14.473,00	524.804,00	601.369,00
6.2.1.1.1.02.01.01 - ANUIDADES	510.356,00	615.325,00	21.307,00	517,00	6.859,00	14.473,00	524.804,00	601.369,00
6.2.1.1.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	1.642.510,00	1.639.748,00	0,00	0,00	56.363,00	107.704,00	1.586.147,00	1.532.044,00
6.2.1.1.1.05.05 - EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.642.510,00	1.639.748,00	0,00	0,00	56.363,00	107.704,00	1.586.147,00	1.532.044,00
6.2.1.1.1.06 - FINANCEIRAS	193.057,00	54.121,00	65.953,00	140.000,00	0,00	4.742,00	259.010,00	189.379,00
6.2.1.1.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	193.057,00	54.121,00	65.953,00	140.000,00	0,00	4.742,00	259.010,00	189.379,00
6.2.1.1.1.06.05.04 - MULTAS SOBRE ANUIDADES	43.057,00	54.121,00	14.953,00	0,00	0,00	4.742,00	58.010,00	49.379,00
6.2.1.1.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	150.000,00	0,00	51.000,00	140.000,00	0,00	0,00	201.000,00	140.000,00
6.2.1.1.2 - RECEITA DE CAPITAL	1.181.745,00	1.890.000,00	708.786,21	48.725,00	0,00	0,00	1.890.531,21	1.938.725,00
6.2.1.1.2.05 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.181.745,00	1.890.000,00	708.786,21	48.725,00	0,00	0,00	1.890.531,21	1.938.725,00
6.2.1.1.2.05.01 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	1.181.745,00	1.890.000,00	708.786,21	48.725,00	0,00	0,00	1.890.531,21	1.938.725,00
6.2.2.1 - DISPONIBILIDADES DE CREDITO	3.527.668,00	4.199.194,00	1.649.824,08	697.560,93	905.042,87	635.237,93	4.272.449,21	4.261.517,00
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA	3.527.668,00	4.199.194,00	1.649.824,08	697.560,93	905.042,87	635.237,93	4.272.449,21	4.261.517,00

DESPESA								
6.2.2.1.1.01 - DESPESA CORRENTE	2.302.005,00	2.267.772,00	918.106,11	615.835,93	845.511,26	560.816,13	2.374.599,85	2.322.791,80
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL	1.205.976,21	1.104.895,00	400.327,63	277.622,99	406.995,68	161.448,70	1.199.308,16	1.221.069,29
6.2.2.1.1.01.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS	1.139.927,21	1.073.135,00	380.915,13	249.233,47	363.562,69	142.315,79	1.157.279,65	1.180.052,68
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	769.626,37	679.222,00	284.331,96	205.525,23	232.878,78	83.609,86	821.079,55	801.137,37
6.2.2.1.1.01.01.01.002 - ENCARGOS SOCIAIS	204.992,84	227.713,00	55.816,08	14.952,03	43.518,29	39,59	217.290,63	242.625,44
6.2.2.1.1.01.01.01.003 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	165.308,00	166.200,00	40.767,09	28.756,21	87.165,62	58.666,34	118.909,47	136.289,87
6.2.2.1.1.01.01.02 - DIÁRIAS	66.049,00	31.760,00	19.412,50	28.389,52	43.432,99	19.132,91	42.028,51	41.016,61
6.2.2.1.1.01.02 - MATERIAL DE CONSUMO	44.000,00	22.401,00	35.105,00	21.084,01	38.758,22	24.340,16	40.346,78	19.144,85
6.2.2.1.1.01.02.01 - MATERIAL DE CONSUMO	44.000,00	22.401,00	35.105,00	21.084,01	38.758,22	24.340,16	40.346,78	19.144,85
6.2.2.1.1.01.03 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	109.996,00	165.588,00	114.365,38	78.607,30	62.425,53	92.520,99	161.935,85	151.674,31
6.2.2.1.1.01.03.01 - REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	60.732,00	70.188,00	33.594,51	28.672,00	35.064,40	31.927,78	59.262,11	66.932,22
6.2.2.1.1.01.03.02 - DIÁRIAS	49.264,00	95.400,00	80.770,87	49.935,30	27.361,13	60.593,21	102.673,74	84.742,09
6.2.2.1.1.01.04 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	637.743,79	607.935,50	332.570,89	222.195,12	318.024,65	231.692,46	652.290,03	598.438,16
6.2.2.1.1.01.04.01 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA/ASSESSORIA	69.000,00	95.000,00	43.670,00	0,00	48.144,36	45.587,54	64.525,64	49.412,46
6.2.2.1.1.01.04.02 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	69.103,79	49.600,00	11.165,00	3.485,92	60.160,04	23.564,50	20.108,75	29.521,42
6.2.2.1.1.01.04.04 - SERVIÇOS PRESTADOS	419.140,00	359.705,50	198.369,85	116.379,27	175.721,60	112.244,48	441.788,25	363.840,29
6.2.2.1.1.01.04.06 - PASSAGENS	80.500,00	103.630,00	79.366,04	102.329,93	33.998,65	50.295,94	125.867,39	155.663,99
6.2.2.1.1.01.05 - ENCARGOS DIVERSOS	82.820,00	108.485,50	23.605,18	1.354,01	4.307,18	34.359,12	102.118,00	75.480,39
6.2.2.1.1.01.05.01 - ENCARGOS DIVERSOS	82.820,00	108.485,50	23.605,18	1.354,01	4.307,18	34.359,12	102.118,00	75.480,39

6.2.2.1.1.01.07 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	221.469,00	258.467,00	12.132,03	14.972,50	15.000,00	16.454,70	218.601,03	256.984,80
6.2.2.1.1.01.07.01 - FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	85.421,00	94.451,70	12.117,01	0,00	0,00	1.454,70	97.538,01	92.997,00
6.2.2.1.1.01.07.02 - CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	15.000,00	20.000,00	0,00	1.200,00	15.000,00	15.000,00	0,00	6.200,00
6.2.2.1.1.01.07.03 - CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS	121.048,00	144.015,30	15,02	13.772,50	0,00	0,00	121.063,02	157.787,80
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	1.181.745,00	1.890.000,00	714.531,21	81.725,00	5.745,00	33.000,00	1.890.531,21	1.938.725,00
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	1.181.745,00	1.890.000,00	714.531,21	81.725,00	5.745,00	33.000,00	1.890.531,21	1.938.725,00
6.2.2.1.1.02.01.01 - OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	1.090.745,00	1.835.000,00	688.786,21	48.725,00	745,00	26.000,00	1.778.786,21	1.857.725,00
6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	91.000,00	55.000,00	25.745,00	33.000,00	5.000,00	7.000,00	111.745,00	81.000,00
6.2.2.1.1.03 - DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	43.918,00	41.422,00	17.186,76	0,00	53.786,61	41.421,80	7.318,15	0,20

4.3.2 TRANSFERÊNCIAS

Introdução à execução transferências de recursos

§Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

§Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

§Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

§Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

§Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;

§Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL

Beneficiário	Modalidade	Situação	Data Início	Data Término	Valor Total Pactuado	Valor Total Repassado
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL	Contrato de repasse	Concluído	01/01/2015	31/12/2015	R\$ 154.481,80	R\$ 154.481,80

4.3.3 RECEITAS

Conta contábil	Orçado (dotações + reformulações + transposições até 31/12)	Receita Bruta (total das receitas efetivas)	Diferença (Orçado - Arrecadado)
6.2.1.2 - 6.2.1.2 - RECEITA REALIZADA	4.261.517,00	2.417.411,10	1.844.105,90
6.2.1.2.1 - 6.2.1.2.1 - RECEITA CORRENTE	2.322.792,00	2.417.411,10	-94.619,10
6.2.1.2.1.02 - 6.2.1.2.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	601.369,00	632.935,01	-31.566,01
6.2.1.2.1.02.01 - 6.2.1.2.1.02.01 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	601.369,00	632.935,01	-31.566,01
6.2.1.2.1.02.01.01 - 6.2.1.2.1.02.01.01 - ANUIDADES	601.369,00	632.935,01	-31.566,01
6.2.1.2.1.02.01.01.001 - 6.2.1.2.1.02.01.01.001 - Pessoa Física - do Exercício	504.332,00	552.255,62	-47.923,62
6.2.1.2.1.02.01.01.003 - 6.2.1.2.1.02.01.01.003 - Pessoa Jurídica - do Exercício	97.037,00	80.679,39	16.357,61
6.2.1.2.1.05 - 6.2.1.2.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	1.532.044,00	1.445.896,83	86.147,17
6.2.1.2.1.05.05 - 6.2.1.2.1.05.05 - EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.532.044,00	1.445.896,83	86.147,17
6.2.1.2.1.05.05.01 - 6.2.1.2.1.05.05.01 - Pessoa Jurídica - RRT	0,00	5.550,21	-5.550,21
6.2.1.2.1.05.05.02 - 6.2.1.2.1.05.05.02 - Pessoa Física - RRT	1.532.044,00	1.439.332,49	92.711,51
6.2.1.2.1.05.05.03 - 6.2.1.2.1.05.05.03 - Multa -RRT Extemporâneo	0,00	1.014,13	-1.014,13
6.2.1.2.1.06 - 6.2.1.2.1.06 - FINANCEIRAS	189.379,00	330.036,68	-140.657,68
6.2.1.2.1.06.05 - 6.2.1.2.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	189.379,00	330.036,68	-140.657,68
6.2.1.2.1.06.05.01 - 6.2.1.2.1.06.05.01 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	0,00	17.227,13	-17.227,13
6.2.1.2.1.06.05.01.001 - 6.2.1.2.1.06.05.01.001 - Pessoas Físicas	0,00	17.227,13	-17.227,13
6.2.1.2.1.06.05.04 - 6.2.1.2.1.06.05.04 - MULTAS SOBRE ANUIDADES	49.379,00	32.826,52	16.552,48

6.2.1.2.1.06.05.04.001 - 6.2.1.2.1.06.05.04.001 - Pessoas Físicas	49.379,00	32.826,52	16.552,48
6.2.1.2.1.06.05.07 - 6.2.1.2.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	140.000,00	279.983,03	-139.983,03
6.2.1.2.1.06.05.07.001 - 6.2.1.2.1.06.05.07.001 - CDB/RDB - Títulos de Renda Fixa	140.000,00	279.983,03	-139.983,03
6.2.1.2.1.08 - 6.2.1.2.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	8.542,58	-8.542,58
6.2.1.2.1.08.02 - 6.2.1.2.1.08.02 - MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	4.748,26	-4.748,26
6.2.1.2.1.08.02.03 - 6.2.1.2.1.08.02.03 - Documento de Fiscalização	0,00	4.748,26	-4.748,26
6.2.1.2.1.08.03 - 6.2.1.2.1.08.03 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	3.793,69	-3.793,69
6.2.1.2.1.08.03.02 - 6.2.1.2.1.08.03.02 - Restituições	0,00	3.793,69	-3.793,69
6.2.1.2.1.08.04 - 6.2.1.2.1.08.04 - RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,63	-0,63
6.2.1.2.1.08.04.01 - 6.2.1.2.1.08.04.01 - Receitas Não Identificadas	0,00	0,63	-0,63
6.2.1.2.2 - 6.2.1.2.2 - RECEITA DE CAPITAL	1.938.725,00	0,00	1.938.725,00
6.2.1.2.2.05 - 6.2.1.2.2.05 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.938.725,00	0,00	1.938.725,00
6.2.1.2.2.05.01 - 6.2.1.2.2.05.01 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	1.938.725,00	0,00	1.938.725,00
6.2.1.2.2.05.01.01 - 6.2.1.2.2.05.01.01 - SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Superávit do Orçamento Corrente)	1.938.725,00	0,00	1.938.725,00

4.3.4 DESPESAS

ANEXO - Demonstrativo de pagamento - Vide anexo do tópico 4.3.4 no final da seção

ANEXO - Relação de Despesas Modalidade de Licitação - Vide anexo do tópico 4.3.4 no final da seção

ANEXO - Relação de Restos a pagar - Vide anexo do tópico 4.3.4 no final da seção

4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

Introdução aos resultados alcançados

ANEXO - Análise Geral - Vide anexo do tópico 4.4 no final da seção

Não se aplica à entidade

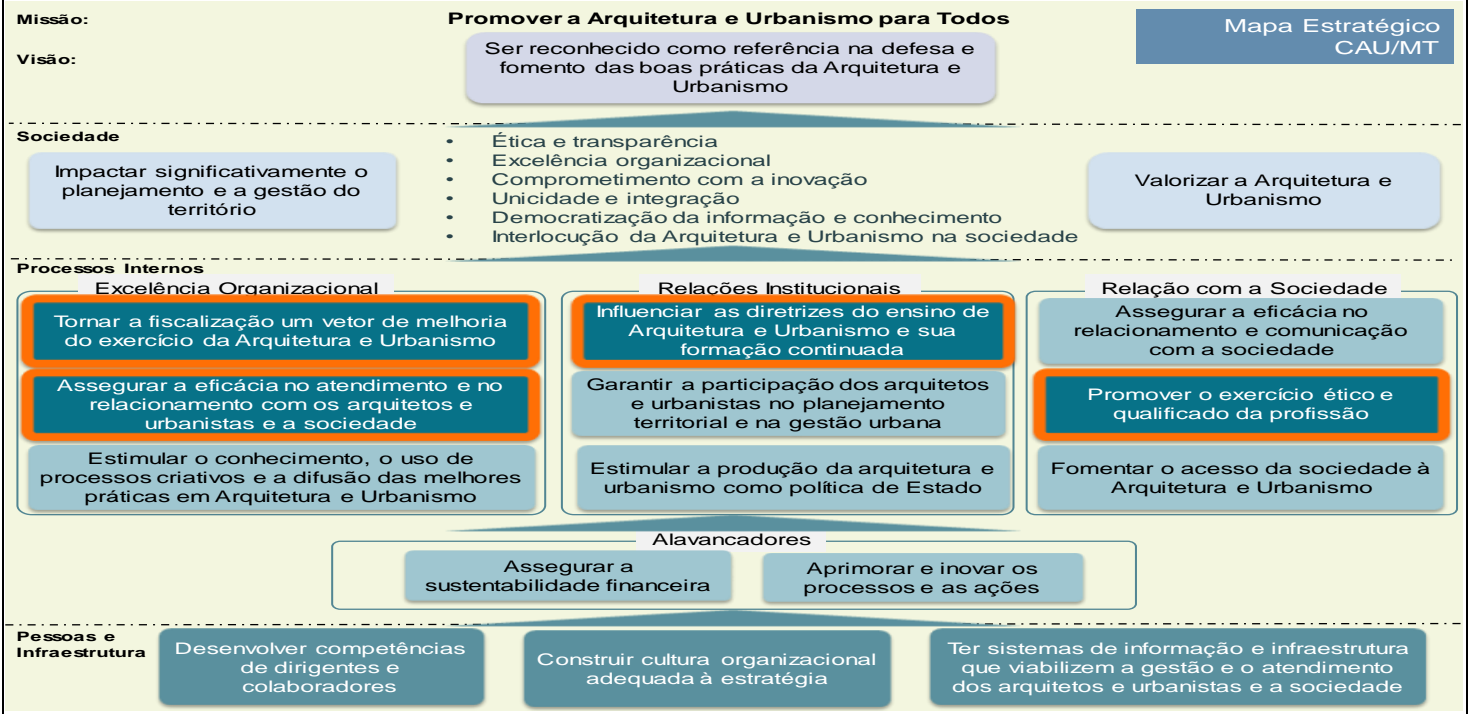
4.5 INDICADORES

“Os indicadores do CAU/MT estão em fase de desenvolvimento no processo de planejamento e gestão da estratégia.”

Objetivos e Metas - Anexo do t3pico 4.1.1

2- DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS E METAS

2.1- OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:



2.2- PRINCIPAIS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS EM 2016:

O projeto "CAUconnect" criado em 2015, tem por objetivo conectar o Conselho com os profissionais arquitetos e urbanistas de todo o Estado de Mato Grosso. O projeto prevê ações para o desenvolvimento do ensino e formação profissional; fiscalização do exercício da profissão de arquitetura e urbanismo; promoção da capacitação profissional; gestão junto aos poderes executivo e legislativo municipal, em ações que conduzam à melhoria da prática profissional. São levadas aos diversos municípios do estado: atendimento, coleta biométrica, entrega de carteira profissional e orientações aos arquitetos e a sociedade. Além de promover essas ações o CAU/MT dialoga com os arquitetos e urbanistas de cada região para ouvir suas demandas e solicitações, de modo a contribuir com a produção da arquitetura e urbanismo do Estado. Nos municípios em que temos instituições de ensino superior que contemplem o curso de arquitetura e urbanismo, são realizadas ações diretas a esse público. No ano de 2016 foi possível ampliarmos as ações para assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos também no interior do estado e Promover o exercício ético e qualificado da profissão com a ação da Fiscalização, coletas biométricas, cursos, palestras, atendimento presencial. O projeto "fiscalização no Estado do Mato Grosso" realizou fiscalização nos municípios do interior e também na capital de forma presencial e remota.

O projeto "CAUiversidade" objetivando Influenciar as diretrizes do ensino de Arquitetura e Urbanismo e sua formação continuada, permitiu que o Conselho se aproximasse das instituições de ensino superior e dos estudantes, futuros profissionais arquitetos e urbanistas, estabelecendo uma ação direta com dois de seus públicos alvos, com visita as faculdades, participação em semanas acadêmicas e eventos estudantis, e também dentro das salas de aula promovendo cursos e palestras incluindo código de ética profissional e distribuição de cartilhas, essa ação teve o objetivo de estimular o desenvolvimento científico, gerar um aprimoramento na educação e na qualificação dos profissionais, divulgar a profissão, estimular o conhecimento e difundir boas práticas. Para atender o mesmo objetivo o projeto Bem Vindo alcançou os profissionais recém formados dos cursos de arquitetura e urbanismos com a presença do Conselho em todas as colações de grau distribuindo cartilhas, manuais, folders orientativos e código de ética profissional. Todas essas ações acabam por valorizar a Arquitetura e Urbanismo. As Comissões envolvidas nesses projetos são a Comissão de Ética e Disciplina, a Comissão de Ensino e Formação e a Comissão de Exercício Profissional.

Para assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquiteto, faz-se atendimento ao profissional através do Sistema de Informação e Comunicação do CAU – SICCAU/ Presencial/ E-mail/Telefone.

2.3- JUSTIFICATIVAS E MEDIDAS DE GESTÃO IMPLEMENTADAS PARA CORREÇÃO DE RUMOS 2016:

A execução das despesas de capital ficaram abaixo do previsto por não comprarmos a sede para o CAU/MT, tendo em vista os valores elevados de imóveis em 2016, não sendo o momento ideal para compra, sendo inserido no planejado para 2017.

Limites estratégicos - Anexo do tópico 4.2

5- LIMITES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS ESTRATÉGICOS:

BASE DE CÁLCULO	APLICAÇÕES DE RECURSOS	Valor Aprovado (R\$)	Valor Executado (R\$)	% de Execução
	1. Receita de Arrecadação	2.182.792	2.128.885	97,5%
	2. Recursos do fundo de apoio (CAU Básico)	-	-	0,0%
	3. Soma (1+2)	2.182.792	2.128.885	97,5%
	4. Aportes ao Fundo de Apoio	78.450	78.450	100,0%
	5. Aportes ao CSC + Fundo de Reserva do CSC	163.322	169.029	103,5%
	6. Receita da Arrecadação Líquida (RAL = 3 - 4 - 5)	1.941.020	1.881.407	96,9%

BASE DE CÁLCULO (Item 6)	LIMITES		Valor Aprovado (R\$)	Valor Executado (R\$)	% de Execução
	Fiscalização (mínimo de 20 % do total da RAL)	Valor	634.232	618.434	98%
		%	32,7%	32,9%	101%
	Atendimento (mínimo de 10 % do total da RAL)	Valor	443.006	419.385	95%
		%	22,8%	22,3%	98%
	Comunicação (mínimo de 3% do total da RAL)	Valor	149.951	112.182	75%
		%	7,7%	6,0%	77%
	Patrocínio (máximo de 5% do total da RAL)	Valor	12.532	5.000	40%
		%	0,6%	0,3%	41%
	Objetivos Estratégicos Locais (mínimo de 6 % do total da RAL)	Valor	139.122	150.671	108%
		%	7,2%	8,0%	112%
	Reserva de Contingência (até 2 % do total da RAL)	Valor	41.000	41.000	100%
		%	2,1%	2%	103%

COMENTÁRIOS/JUSTIFICATIVAS PARA AS VARIAÇÕES EM ÍNDICES APROVADOS/REALIZADOS.

Fundo de Apoio e CSC	foi equivocadamente lançado no elemento de conta do fundo de apoio, a reserva do CSC, esse fato já foi ajustado.
Comunicação	por não ser possível executar o Projeto da comunicação "Compra de Espaços em Veículos de Comunicação Impressa" por não tem a arte a tempo

BASE DE CÁLCULO	FOLHA DE PAGAMENTO			Valor Aprovado (R\$)	Valor Executado (R\$)	% de Execução
	A. Pessoal e Encargos (Valores totais)			1.080.464	1.174.926	109%
	B. Valor total das rescisões contratuais, auxílio alimentação, auxílio transporte, plano			176.323	145.765	83%
	C. Receitas Correntes			980.670	2.322.792	237%

LIMITES		Valor Aprovado (R\$)	Valor Executado (R\$)	% de Execução
Despesas com Pessoal (máximo de 55% sobre as Receitas Correntes. Não considerar despesas decorrentes de rescisões contratuais, auxílio	Valor	904.140	1.029.161	114%
	%	92,2%	44,3%	48%
Capacitação (mínimo de 2% e máximo de 4% do valor total das respectivas folhas de pagamento -salários, encargos e benefícios)	Valor	22.140	27.867	126%
	%	2,0%	2,4%	116%

COMENTÁRIOS/JUSTIFICATIVAS PARA AS VARIAÇÕES EM ÍNDICES APROVADOS/REALIZADOS.		
Folha de Pgto	132.713,17	Valor referente aos benefícios - PLANO DE SAÚDE/ AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO
	13.051,75	Valor referente a rescisão

Resultados - Anexo do t3pico 4.2

9. EVENTOS IMPORTANTES REALIZADO PELO CAU/MT EM 2016:

O projeto "CAUconnect" criado em 2015, tem por objetivo conectar o Conselho com os profissionais arquitetos e urbanistas de todo o Estado de Mato Grosso. O projeto prevê ações para o desenvolvimento do ensino e formação profissional; fiscalização do exercício da profissão de arquitetura e urbanismo; promoção da capacitação profissional; gestão junto aos poderes executivo e legislativo municipal, em ações que conduzam à melhoria da prática profissional. São levadas aos diversos municípios do estado: atendimento, coleta biométrica, entrega de carteira profissional e orientações aos arquitetos e a sociedade. Além de promover essas ações o CAU/MT dialoga com os arquitetos e urbanistas de cada região para ouvir suas demandas e solicitações, de modo a contribuir com a produção da arquitetura e urbanismo do Estado. Nos municípios em que temos instituições de ensino superior que contemplem o curso de arquitetura e urbanismo, são realizadas ações diretas a esse público. No ano de 2016 foi possível ampliarmos as ações para assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos também no interior do estado e Promover o exercício ético e qualificado da profissão com a ação da Fiscalização, coletas biométricas, cursos, palestras, atendimento presencial. O projeto "fiscalização no Estado do Mato Grosso" realizou fiscalização nos municípios do interior e também na capital de forma presencial e remota.

O projeto "CAUuniversidade" objetivando Influenciar as diretrizes do ensino de Arquitetura e Urbanismo e sua formação continuada, permitiu que o Conselho se aproximasse das instituições de ensino superior e dos estudantes, futuros profissionais arquitetos e urbanistas, estabelecendo uma ação direta com dois de seus públicos alvos, com visita as faculdades, participação em semanas acadêmicas e eventos estudantis, e também dentro das salas de aula promovendo cursos e palestras incluindo código de ética profissional e distribuição de cartilhas, essa ação teve o objetivo de estimular o desenvolvimento científico, gerar um aprimoramento na educação e na qualificação dos profissionais, divulgar a profissão, estimular o conhecimento e difundir boas práticas. Para atender o mesmo objetivo o projeto Bem Vindo alcançou os profissionais recém formados dos cursos de arquitetura e urbanismos com a presença do Conselho em todas as colações de grau distribuindo cartilhas, manuais, folders orientativos e código de ética profissional. Todas essas ações acabam por valorizar a Arquitetura e Urbanismo. As Comissões envolvidas nesses projetos são a Comissão de Ética e Disciplina, a Comissão de Ensino e Formação e a Comissão de Exercício Profissional.

Para assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquiteto, faz-se atendimento ao profissional através do Sistema de Informação e Comunicação do CAU – SICCAU/ Presencial/ E-mail/Telefone.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OS RESULTADOS 2016:

A atuação do CAU/MT, visando atender às prioridades e estratégicas de atuação, conforme seu Mapa Estratégico, obteve os seguintes resultados:

- na busca do alcance do objetivo estratégico de " Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo a qual estava previsto o investimento de R\$ 634.232 e foi executado R\$618.434 , que corresponde a 104% do estimado, resultando na execução da atividade da área técnica, atendimento e a Fiscalização do CAU/MT, estando presente em 32 cidades do Estado em 2016, dentre elas:Água Boa/Alta Floresta/Barra Do Bugres/Barra Do Garças/Brasnorte/Cáceres/Campo Novo Do Parecis/Campo Verde/Campos De Júlio/ Castanheira/Chapada Dos Guimarães/Comodoro/Cuiabá/Gaúcha Do Norte/Jaciara/Lucas Do Rio Verde/Marcelândia/Nobres/Nossa Senhora Do Livramento/Nova Mutum/Poxoréu/Primavera Do Leste/Querência/Rondonópolis/Sapezal/Sinop/Sorriso/Tangará Da Serra/Tapurah/Várzea Grande/Vila Bela Da Santíssima Trindade/Vila Rica. Como resultados foram emitidas 225 notificações preventivas, 59 autos de infração . As atividades da comissão de Exercício profissional com a ação de capacitação aos profissionais Também foram enviados 423 ofícios para órgãos públicos com orientações e esclarecimentos sobre o exercício da Profissão de Arquitetura e Urbanismo.

Demonstrativo de pagamento - Anexo do tópico 4.3.4

Demonstrativo de Empenhos e Pagamentos

Todas as contas

Conta	Orçado	EMPENHOS		LIQUIDAÇÕES		PAGAMENTOS		SALDOS		
		Período	Exercício	Período	Exercício	Período	Exercício	Orçamento	A Liquidar	A Pagar
6.2.2.1.1.01 - DESPESA CORRENTE	2.322.791,80	2.260.850,68	2.260.850,68	2.260.850,68	2.260.850,68	2.246.127,98	2.246.127,98	61.941,12	0,00	14.722,70
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL	1.221.069,29	1.214.783,91	1.214.783,91	1.214.783,91	1.214.783,91	1.214.783,91	1.214.783,91	6.285,38	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS	1.180.052,68	1.174.926,41	1.174.926,41	1.174.926,41	1.174.926,41	1.174.926,41	1.174.926,41	5.126,27	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	801.137,37	799.626,96	799.626,96	799.626,96	799.626,96	799.626,96	799.626,96	1.510,41	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01.001.001 - Salários	613.724,90	613.179,53	613.179,53	613.179,53	613.179,53	613.179,53	613.179,53	545,37	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01.001.002 - Gratificação de Função	24.480,38	24.480,38	24.480,38	24.480,38	24.480,38	24.480,38	24.480,38	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01.001.003 - Gratificação de Natal - 13º Salário	60.129,49	60.129,49	60.129,49	60.129,49	60.129,49	60.129,49	60.129,49	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01.001.004 - Férias	58.555,85	57.590,81	57.590,81	57.590,81	57.590,81	57.590,81	57.590,81	965,04	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01.001.005 - 1/3 de Férias - CF/88	19.651,14	19.651,14	19.651,14	19.651,14	19.651,14	19.651,14	19.651,14	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01.001.007 - Hora Extra	24.595,61	24.595,61	24.595,61	24.595,61	24.595,61	24.595,61	24.595,61	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01.002 - ENCARGOS SOCIAIS	242.625,44	242.586,28	242.586,28	242.586,28	242.586,28	242.586,28	242.586,28	39,16	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01.002.001 - INSS Patronal	171.435,75	171.396,59	171.396,59	171.396,59	171.396,59	171.396,59	171.396,59	39,16	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01.002.002 - FGTS										

Conta	Orçado	EMPENHOS		LIQUIDAÇÕES		PAGAMENTOS		SALDOS		
		Período	Exercício	Período	Exercício	Período	Exercício	Orçamento	A Liquidar	A Pagar
	63.208,02	63.208,02	63.208,02	63.208,02	63.208,02	63.208,02	63.208,02	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01.002.003 - PIS s/ Folha de Pagamento										
	7.981,67	7.981,67	7.981,67	7.981,67	7.981,67	7.981,67	7.981,67	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01.003 - BENEFÍCIOS A PESSOAL										
	136.289,87	132.713,17	132.713,17	132.713,17	132.713,17	132.713,17	132.713,17	3.576,70	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01.003.001 - Vale Transporte										
	10.123,20	9.601,30	9.601,30	9.601,30	9.601,30	9.601,30	9.601,30	521,90	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01.003.002 - Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT										
	104.404,66	103.765,54	103.765,54	103.765,54	103.765,54	103.765,54	103.765,54	639,12	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01.003.003 - Plano de Saúde										
	21.312,01	18.896,33	18.896,33	18.896,33	18.896,33	18.896,33	18.896,33	2.415,68	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01.003.004 - Hora Treinamento										
	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.01.02 - DIÁRIAS										
	41.016,61	39.857,50	39.857,50	39.857,50	39.857,50	39.857,50	39.857,50	1.159,11	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.01.02.001 - Diárias Funcionários										
	41.016,61	39.857,50	39.857,50	39.857,50	39.857,50	39.857,50	39.857,50	1.159,11	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.02 - MATERIAL DE CONSUMO										
	19.144,85	15.754,99	15.754,99	15.754,99	15.754,99	13.314,99	13.314,99	3.389,86	0,00	2.440,00
6.2.2.1.1.01.02.01 - MATERIAL DE CONSUMO										
	19.144,85	15.754,99	15.754,99	15.754,99	15.754,99	13.314,99	13.314,99	3.389,86	0,00	2.440,00
6.2.2.1.1.01.02.01.001 - Material de Expediente										
	5.160,47	5.080,61	5.080,61	5.080,61	5.080,61	5.080,61	5.080,61	79,86	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.02.01.003 - Material de Informática										
	609,00	609,00	609,00	609,00	609,00	609,00	609,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.02.01.004 - Gêneros Alimentação										
	10.603,00	7.293,00	7.293,00	7.293,00	7.293,00	4.853,00	4.853,00	3.310,00	0,00	2.440,00
6.2.2.1.1.01.02.01.008 - Materiais para Manutenção de Bens Móveis										
	620,00	620,00	620,00	620,00	620,00	620,00	620,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.02.01.011 - Combustíveis e Lubrificantes										
	2.152,38	2.152,38	2.152,38	2.152,38	2.152,38	2.152,38	2.152,38	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA										

Conta	Orçado	EMPENHOS		LIQUIDAÇÕES		PAGAMENTOS		SALDOS		
		Período	Exercício	Período	Exercício	Período	Exercício	Orçamento	A Liquidar	A Pagar
	151.674,31	146.797,70	146.797,70	146.797,70	146.797,70	145.702,70	145.702,70	4.876,61	0,00	1.095,00
6.2.2.1.1.01.03.01 - REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS										
	66.932,22	62.822,54	62.822,54	62.822,54	62.822,54	62.822,54	62.822,54	4.109,68	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.01.001 - Remuneração de Serviços Pessoais										
	13.000,00	10.340,00	10.340,00	10.340,00	10.340,00	10.340,00	10.340,00	2.660,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.01.002 - Remuneração de Estagiários										
	53.932,22	52.482,54	52.482,54	52.482,54	52.482,54	52.482,54	52.482,54	1.449,68	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.02 - DIÁRIAS										
	84.742,09	83.975,16	83.975,16	83.975,16	83.975,16	82.880,16	82.880,16	766,93	0,00	1.095,00
6.2.2.1.1.01.03.02.001 - Diárias Conselheiros/Convidados										
	84.742,09	83.975,16	83.975,16	83.975,16	83.975,16	82.880,16	82.880,16	766,93	0,00	1.095,00
6.2.2.1.1.01.04 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA										
	598.438,16	558.214,61	558.214,61	558.214,61	558.214,61	547.026,91	547.026,91	40.223,55	0,00	11.187,70
6.2.2.1.1.01.04.01 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA/ASSESSORIA										
	49.412,46	49.200,00	49.200,00	49.200,00	49.200,00	45.200,00	45.200,00	212,46	0,00	4.000,00
6.2.2.1.1.01.04.01.001 - Consultoria/Assessoria Contábil										
	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	4.000,00
6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Consultoria Jurídica										
	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.01.004 - Outras Consultorias										
	212,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	212,46	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.02 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO										
	29.521,42	9.111,51	9.111,51	9.111,51	9.111,51	9.111,51	9.111,51	20.409,91	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.02.004 - Outros Serviços de Comunicação e Divulgação										
	29.521,42	9.111,51	9.111,51	9.111,51	9.111,51	9.111,51	9.111,51	20.409,91	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04 - SERVIÇOS PRESTADOS										
	363.840,29	345.305,94	345.305,94	345.305,94	345.305,94	340.009,13	340.009,13	18.534,35	0,00	5.296,81
6.2.2.1.1.01.04.04.001 - Serviços de Medicina do Trabalho										
	1.235,00	1.235,00	1.235,00	1.235,00	1.235,00	1.235,00	1.235,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002 - Serviços de Seleção, Trein. e Orient. Profissional										
	10.280,00	10.102,00	10.102,00	10.102,00	10.102,00	9.742,00	9.742,00	178,00	0,00	360,00
6.2.2.1.1.01.04.04.003 - Serviços de Intermediação de Estágios										

Conta	Orçado	EMPENHOS		LIQUIDAÇÕES		PAGAMENTOS		SALDOS		
		Período	Exercício	Período	Exercício	Período	Exercício	Orçamento	A Liquidar	A Pagar
	4.800,00	4.392,00	4.392,00	4.392,00	4.392,00	4.392,00	4.392,00	408,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.006 - Serviços de Apoio Administrativo e Operacional	37.762,88	36.652,81	36.652,81	36.652,81	36.652,81	34.121,15	34.121,15	1.110,07	0,00	2.531,66
6.2.2.1.1.01.04.04.007 - Seguros de Bens Móveis	6.101,85	6.101,85	6.101,85	6.101,85	6.101,85	6.101,85	6.101,85	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.008 - Seguros de Bens Imóveis	1.998,15	1.902,11	1.902,11	1.902,11	1.902,11	1.902,11	1.902,11	96,04	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.009 - Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos	13.866,48	13.726,48	13.726,48	13.726,48	13.726,48	13.086,48	13.086,48	140,00	0,00	640,00
6.2.2.1.1.01.04.04.010 - Locação de Bens Imóveis	157.145,97	152.227,95	152.227,95	152.227,95	152.227,95	152.227,95	152.227,95	4.918,02	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.011 - Condomínios	18.413,67	18.413,67	18.413,67	18.413,67	18.413,67	18.413,67	18.413,67	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.012 - Serviços de Reparos, Adapt. e Conserv de Bens Móveis e Imóveis	6.300,00	6.300,00	6.300,00	6.300,00	6.300,00	6.300,00	6.300,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.014 - Serviços de Energia Elétrica e Gás	18.239,58	18.239,58	18.239,58	18.239,58	18.239,58	18.239,58	18.239,58	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.016 - Serviços de Correios e Telégrafos	14.116,71	10.899,70	10.899,70	10.899,70	10.899,70	10.899,70	10.899,70	3.217,01	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.019 - Serviços Gráficos	17.180,00	16.586,05	16.586,05	16.586,05	16.586,05	16.586,05	16.586,05	593,95	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.020 - Despesas com Telecomunicações	39.350,00	33.964,70	33.964,70	33.964,70	33.964,70	32.199,55	32.199,55	5.385,30	0,00	1.765,15
6.2.2.1.1.01.04.04.025 - Carteiras Profissionais	4.500,00	2.056,15	2.056,15	2.056,15	2.056,15	2.056,15	2.056,15	2.443,85	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.027 - Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	12.550,00	12.505,89	12.505,89	12.505,89	12.505,89	12.505,89	12.505,89	44,11	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.06 - PASSAGENS	155.663,99	154.597,16	154.597,16	154.597,16	154.597,16	152.706,27	152.706,27	1.066,83	0,00	1.890,89
6.2.2.1.1.01.04.06.001 - Passagens Conselheiros/Convidados	135.565,76	135.435,83	135.435,83	135.435,83	135.435,83	133.544,94	133.544,94	129,93	0,00	1.890,89
6.2.2.1.1.01.04.06.002 - Passagens Funcionários										

Conta	Orçado	EMPENHOS		LIQUIDAÇÕES		PAGAMENTOS		SALDOS		
		Período	Exercício	Período	Exercício	Período	Exercício	Orçamento	A Liquidar	A Pagar
	20.098,23	19.161,33	19.161,33	19.161,33	19.161,33	19.161,33	19.161,33	936,90	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.05 - ENCARGOS DIVERSOS										
	75.480,39	72.820,67	72.820,67	72.820,67	72.820,67	72.820,67	72.820,67	2.659,72	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.05.01 - ENCARGOS DIVERSOS										
	75.480,39	72.820,67	72.820,67	72.820,67	72.820,67	72.820,67	72.820,67	2.659,72	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.05.01.002 - Indenizações e Restituições										
	3.977,90	3.692,33	3.692,33	3.692,33	3.692,33	3.692,33	3.692,33	285,57	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.05.01.003 - Impostos e Taxas										
	8.362,24	8.362,24	8.362,24	8.362,24	8.362,24	8.362,24	8.362,24	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.05.01.004 - Taxas Bancárias										
	62.960,29	60.586,14	60.586,14	60.586,14	60.586,14	60.586,14	60.586,14	2.374,15	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.05.01.005 - Juros e Multas s/ Obrigações Tributárias										
	179,96	179,96	179,96	179,96	179,96	179,96	179,96	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.07 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES										
	256.984,80	252.478,80	252.478,80	252.478,80	252.478,80	252.478,80	252.478,80	4.506,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.07.01 - FUNDO DE APOIO AO CAU-UF										
	92.997,00	92.997,00	92.997,00	92.997,00	92.997,00	92.997,00	92.997,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.07.01.001 - Fundo Nacional de Apoio aos CAU UF										
	78.450,00	78.450,00	78.450,00	78.450,00	78.450,00	78.450,00	78.450,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.07.01.002 - Fundo de Reserva do Centro de Serviços Compartilhados										
	14.547,00	14.547,00	14.547,00	14.547,00	14.547,00	14.547,00	14.547,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.07.02 - CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO										
	6.200,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	1.200,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.07.02.002 - Convênios, Acordos e Ajuda a Entidades										
	6.200,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	1.200,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.07.03 - CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS										
	157.787,80	154.481,80	154.481,80	154.481,80	154.481,80	154.481,80	154.481,80	3.306,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.07.03.001 - Centro de Serviços Compartilhados										
	157.787,80	154.481,80	154.481,80	154.481,80	154.481,80	154.481,80	154.481,80	3.306,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL										
	1.938.725,00	45.280,00	45.280,00	45.280,00	45.280,00	45.280,00	45.280,00	1.893.445,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS										

Conta	Orçado	EMPENHOS		LIQUIDAÇÕES		PAGAMENTOS		SALDOS		
		Período	Exercício	Período	Exercício	Período	Exercício	Orçamento	A Liquidar	A Pagar
	1.938.725,00	45.280,00	45.280,00	45.280,00	45.280,00	45.280,00	45.280,00	1.893.445,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.01.01 - OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS										
	1.857.725,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.857.725,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.01.01.003 - Imóveis										
	1.857.725,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.857.725,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES										
	81.000,00	45.280,00	45.280,00	45.280,00	45.280,00	45.280,00	45.280,00	35.720,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.01.03.001 - Móveis e Utensílios										
	8.000,00	3.763,87	3.763,87	3.763,87	3.763,87	3.763,87	3.763,87	4.236,13	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.01.03.006 - Equipamentos de Processamento de Dados										
	73.000,00	41.516,13	41.516,13	41.516,13	41.516,13	41.516,13	41.516,13	31.483,87	0,00	0,00
6.2.2.1.1.03 - DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE										
	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,20	0,00	0,00
6.2.2.1.1.03.99 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA										
	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,20	0,00	0,00
Total	4.261.517,00	2.306.130,68	2.306.130,68	2.306.130,68	2.306.130,68	2.291.407,98	2.291.407,98	1.955.386,32	0,00	14.722,70

Relação de Despesas Modalidade de Licitação - Anexo do tópico 4.3.4

Despesas por Modalidade de Licitação

Modalidade Contratação	Despesa Empenhada						Despesa Paga					
	2016			2015			2016			2015		
	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g+h)												
a) Convite	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
b) Tomada de Preços	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
c) Concorrência	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
d) Pregão	10	162.511,44	7,05	5	131.862,15	6,06	10	162.511,44	7,09	5	128.962,15	6,06
e) Concurso	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
f) Consulta	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
2. Contratações Diretas (i+j)												
i) Dispensa	45	83.338,92	3,61	35	203.563,59	9,35	45	81.082,26	3,54	35	200.784,26	9,43
j) Inexigibilidade	1	10.899,70	0,47	4	21.290,77	0,98	1	10.899,70	0,48	4	21.290,77	1,00
3. Regime de Execução Especial												
k) Suprimento de Fundos	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
4. Pagamento de Pessoal (l+m)												
l) Pagamento em Folha	1	350,49	0,02	7	31.159,18	1,43	1	350,49	0,02	7	31.159,18	1,46
m) Diárias	78	90.054,45	3,91	4	2.962,50	0,14	78	88.959,45	3,88	4	2.962,50	0,14
5. Total												
	135	347.155,00	15,05	55	390.838,19	17,96	135	343.803,34	15,00	55	385.158,86	18,08
6. Total Geral												
	475	2.306.130,68	100	560	2.176.346,76	100	475	2.291.407,98	100	560	2.129.817,76	100

Relação de Restos a pagar - Anexo do tópico 4.3.4

CAU - MT

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Mato Grosso

CNPJ: 14.820.959/0001-88

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Relação de inscrições em restos a pagar

Nº	Data	Processo	Tipo	Conta	Favorecido	Valor	Liquidado	Pago	Anulado	Saldo
12	31/12/2016		Ordinário	6.2.2.1.1.01.04.04.006 - Serviços de Apoio Administrativo e Operacional	A A ARAUJO BRASIL SERVIÇOS - ME	1.275,00	1.275,00	1.275,00	0,00	0,00
43	31/12/2016	330247/2015- ADM	Ordinário	6.2.2.1.1.01.04.04.009 - Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos	MARCELO NOBRE MACEDO ME	423,52	423,52	423,52	0,00	0,00
221	31/12/2016		Global	6.2.2.1.1.01.04.01.001 - Consultoria/Assessoria Contábil	RUHLING S.S CONSULTORES E AUDITORES	4.000,00	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
350	31/12/2016		Estimativo	6.2.2.1.1.01.04.04.020 - Despesas com Telecomunicações	CLARO S.A.	1.765,15	1.765,15	1.765,15	0,00	0,00
400	31/12/2016	434912/2016- ADM	Estimativo	6.2.2.1.1.01.04.04.002 - Serviços de Seleção, Trein. e Orient. Profissional	PROFESSORA ANTONIETA CURSOS E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME	360,00	360,00	360,00	0,00	0,00
403	31/12/2016		Ordinário	6.2.2.1.1.01.02.01.004 - Gêneros Alimentação	TRAL INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	350,00	350,00	350,00	0,00	0,00
423	31/12/2016	451869/2016	Ordinário	6.2.2.1.1.01.03.02.001 - Diárias Conselheiros/Convidados	RAUL JUSTE LORES	1.095,00	1.095,00	0,00	0,00	1.095,00
479	31/12/2016		Estimativo	6.2.2.1.1.01.04.06.001 - Passagens Conselheiros/Convidados	AGENCIA DE VIAGENS UNIVERSAL LTDA - EPP	1.890,89	1.890,89	1.890,89	0,00	0,00
484	31/12/2016	330247/2015	Estimativo	6.2.2.1.1.01.04.04.009 - Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos	MARCELO NOBRE MACEDO ME	216,48	216,48	216,48	0,00	0,00
485	31/12/2016		Ordinário	6.2.2.1.1.01.04.04.006 - Serviços de Apoio Administrativo e Operacional	A A ARAUJO BRASIL SERVIÇOS - ME	1.256,66	1.256,66	1.256,66	0,00	0,00
486	31/12/2016	443945/2016- ADM	Ordinário	6.2.2.1.1.01.02.01.004 - Gêneros Alimentação	Dirlene Maria Dovige	2.090,00	2.090,00	2.090,00	0,00	0,00
Total de empenhos:			11			14.722,70	14.722,70	13.627,70	0,00	1.095,00

Análise Geral - Anexo do tópico 4.4

Relatório de Gestão – Exercício 2016
CAU/MT

CAU/MT

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO: GERENTE GERAL

DATA DE ELABORAÇÃO: 24/03/2017

1. DADOS GERAIS DO CAU/UF

1.1 PRINCIPAIS AÇÕES 2016:

Com o projeto "**CAUconnect**" criado em 2015, tem por objetivo conectar o Conselho com os profissionais arquitetos e urbanistas de todo o Estado de Mato Grosso. O projeto prevê ações para o desenvolvimento do ensino e formação profissional; fiscalização do exercício da profissão de arquitetura e urbanismo; promoção da capacitação profissional; gestão junto aos poderes executivo e legislativo municipal, em ações que conduzam à melhoria da prática profissional. São levadas aos diversos municípios do estado: atendimento, coleta biométrica, entrega de carteira profissional e orientações aos arquitetos e a sociedade. Além de promover essas ações o CAU/MT dialoga com os arquitetos e urbanistas de cada região para ouvir suas demandas e solicitações, de modo a contribuir com a produção da arquitetura e urbanismo do Estado. Nos municípios em que temos instituições de ensino superior que contemplem o curso de arquitetura e urbanismo, são realizadas ações diretas a esse público. No ano de 2016 foi possível ampliarmos as ações para assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos também no interior do estado e promover o exercício ético e qualificado da profissão com a ação da fiscalização, coletas biométricas, cursos, palestras, atendimento presencial. O projeto "**fiscalização no Estado do Mato Grosso**" realizou fiscalização nos municípios do interior e também na capital de forma presencial e remota.

O projeto "**CAUuniversidade**" objetivando influenciar as diretrizes do ensino de Arquitetura e Urbanismo e sua formação continuada, permitiu que o Conselho se aproximasse das instituições de ensino superior e dos estudantes, futuros profissionais arquitetos e urbanistas, estabelecendo uma ação direta com dois de seus públicos alvos, com visita as faculdades, participação em semanas acadêmicas e eventos estudantis, e também dentro das salas de aula promovendo cursos e palestras incluindo código de ética profissional e distribuição de cartilhas, essa ação teve o objetivo de estimular o desenvolvimento científico, gerar um aprimoramento na educação e na qualificação dos profissionais, divulgar a profissão, estimular o conhecimento e difundir boas práticas. Para atender o mesmo objetivo o **projeto Bem Vindo** alcançou os profissionais recém formados dos cursos de arquitetura e urbanismos com a presença do Conselho em todas as colações de grau distribuindo cartilhas, manuais, folders orientativos e código de ética profissional. Todas essas ações acabam por valorizar a Arquitetura e Urbanismo. As Comissões envolvidas nesses projetos são a Comissão de Ética e Disciplina, a Comissão de Ensino e Formação e a Comissão de Exercício Profissional.

Para assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquiteto, faz-se **atendimento** ao profissional através do Sistema de Informação e Comunicação do CAU – SICCAU/ Presencial/ E-mail/Telefone.

O CAU/MT também possui **representações** e participa das reuniões e ações dos seguintes órgãos: Conselho Estadual de Cidades, Conselho Municipal do Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, Comissão Temporária Especial para busca de acompanhamento nos LIP(s), Conselho Municipal de Desenvolvimento Estratégico, Conselho Deliberativo Metropolitano da Região do Vale do Rio Cuiabá, Rede de Controle, Grupo de Trabalho Estadual de Apoio a Provisão Habitacional, e Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Cuiabá.

1.2 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2016:

O Projeto CAUuniversidade participou de 07 (sete) eventos durante o ano de 2016. Foram realizadas palestras de ensino e formação, exercício profissional, e ética e disciplina. Os eventos promoveram debates para estimular o desenvolvimento científico, gerando um aprimoramento na educação e na qualificação dos futuros profissionais, divulgando a profissão e as potencialidades do mercado, estimulando o conhecimento e difundindo o código de ética profissional.

O Resultado decorrente das ações do projeto “Fiscalização no Estado do Mato Grosso” contabilizam um total de 32 (trinta e dois) municípios atendidos, tanto na forma presencial quanto remota. Dentro dessas atividades desempenhadas temos um total de 63 (sessenta e três) relatório de fiscalização produzidos pelo setor, 225 (duzentas e vinte e cinco) notificação preventiva, e 59 (cinquenta e nove) autos de infração.

Assegurando a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos, conforme delimitado nos objetivos estratégicos, foram realizados uma média de 9.500 atendimentos diretamente aos profissionais. Além disso, a instalação da central com secretária eletrônica, possibilitou maior controle nas ligações, agilizando o atendimento, diminuindo o número de chamadas perdidas.

O Projeto CAUconnect resultou a capacitação e atualização de mais de 400 profissionais, tanto da capital do estado quando do interior, com cursos de tabela de honorário, curso de iluminação e curso de acústica e normas de desempenho.

As representações nas quais o CAU/MT participou resultaram em uma divulgação positiva da imagem do Conselho entre outras entidades, profissionais e com a sociedade civil. Além disso, ampliou sua influência e possibilitou a divulgação da arquitetura e urbanismo nos órgãos, e entidades parcerias.

5 - GOVERNANÇA

INTRODUÇÃO SEÇÃO

O Conselho possui uma estrutura composta por plenário, comissões, presidência, gerência geral, secretaria geral, assessoria jurídica, assessoria de comunicação, gerência técnica e gerência administrativa e financeira. A gestão é composta por 9 (nove) conselheiros estaduais titulares, 9 (nove) conselheiros estaduais suplentes. Referente aos servidores, atualmente temos 03 (três) funcionários comissionados, 12 (doze) funcionários concursados e 05 estagiários. O CAU/MT possui quatro comissões permanentes e uma comissão especial. Entre as comissões permanentes temos: Comissão de Ética e Disciplina, Comissão de Exercício Profissional, Comissão de Ensino e Formação, Comissão de Planejamento, Administração e Finanças. Já a comissão Especial é a de Políticas Urbana e Ambiental.

5.1 GOVERNANÇA

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo é composto por 18 Conselheiros, sendo 09 Titulares e 09 Suplentes, dentre os titulares o Presidente. O CAU/MT possui 04 comissões permanentes: Comissão de Ética e Disciplina, Comissão de Exercício Profissional, Comissão de Ensino e Formação, Comissão de Planejamento, Administração e Finança e 01 Comissão Especial de Políticas Urbana e Ambiental

5.2 DIRIGENTES

Dirigente:	WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE
CPF:	236.658.901-87
Cargo:	PRESIDENTE
Registro Profissional:	CAU nº A104427-3
Entidade:	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	PLENÁRIA
Data do Ato de designação:	01/01/2015
Data inicial do mandato:	01/01/2015
Data final do mandato:	31/12/2017
Informações adicionais	
Dirigente:	ALTAIR MEDEIROS
CPF:	206.969.571-91
Cargo:	CONSELHEIRO TITULAR
Registro Profissional:	A91045-7
Entidade:	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	ATA DE POSSE
Data do Ato de designação:	01/01/2015
Data inicial do mandato:	01/01/2015
Data final do mandato:	31/12/2017
Informações adicionais	
Dirigente:	ENIZE MAZZARELLO DE CARVALHO
CPF:	701.702.587-34
Cargo:	CONSELHEIRO SUPLENTE
Registro Profissional:	A378151-3
Entidade:	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	ATA DE POSSE
Data do Ato de designação:	01/01/2015

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente:	ANA DE CASSIA MORAES ABDALLA BERNARDINO
CPF:	701.702.237-87
Cargo:	CONSELHEIRO TITULAR
Registro Profissional:	A13089-3
Entidade:	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	ATA DE POSSE
Data do Ato de designação:	01/01/2015
Data inicial do mandato:	01/01/2015
Data final do mandato:	31/12/2017
Informações adicionais	CONSELHEIRA FEDERAL

Dirigente:	LUCIANO NAREZI DE BRITO
CPF:	111.244.528-50
Cargo:	CONSELHEIRO SUPLENTE
Registro Profissional:	A19191-4
Entidade:	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	ATA DE POSSE
Data do Ato de designação:	01/01/2015
Data inicial do mandato:	01/01/2015
Data final do mandato:	31/12/2017
Informações adicionais	CONSELHEIRO SUPLENTE FEDERAL

Dirigente:	CARLOS ALBERTO OSEKO JUNIOR
CPF:	028.603.981-80
Cargo:	CONSELHEIRO TITULAR
Registro Profissional:	151764-3
Entidade:	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	ATA DE POSSE

Data do Ato de designação: 01/01/2015

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: LOURDES REGINA REAMI BEXIGA

CPF: 890.913.371-68

Cargo: CONSELHEIRO SUPLENTE

Registro Profissional: A41750-5

Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: ATA DE POSSE

Data do Ato de designação: 01/01/2015

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: MARIO GOMES MONTEIRO

CPF: 068.539.271-68

Cargo: CONSELHEIRO TITULAR

Registro Profissional: 2101-6

Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: ATA DE POSSE

Data do Ato de designação: 01/01/2015

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: ELIANE DE CAMPOS GOMES

CPF: 426.688.831-72

Cargo: CONSELHEIRO TITULAR

Registro Profissional: A23320-0

Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: ATA DE POSSE

Data do Ato de designação: 01/01/2015

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: FRANCISCO JOSE DUARTE GOMES

CPF: 776.664.027-91

Cargo: CONSELHEIRO TITULAR

Registro Profissional: A12516-4

Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: ATA DE POSSE

Data do Ato de designação: 01/01/2015

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: ANA PAULA BONADIO LOPES

CPF: 995.415.481-72

Cargo: CONSELHEIRO SUPLENTE

Registro Profissional: A48614-0

Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: ATA DE POSSE

Data do Ato de designação: 01/01/2015

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: JOSE ANTONIO LEMOS DOS SANTOS

CPF: 104.611.911-72

Cargo: CONSELHEIRO TITULAR

Registro Profissional: A1711-6

Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO

Processo de escolha de

**dirigentes e exigências
quanto ao perfil:**

Ato de designação: ATA DE POSSE

**Data do Ato de
designação:** 01/01/2015

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: JOSE DA COSTA MARQUES

CPF: 208.803.321-15

Cargo: CONSELHEIRO TITULAR

Registro Profissional: A86510-9

Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO

**Processo de escolha de
dirigentes e exigências
quanto ao perfil:**

Ato de designação: ATA DE POSSE

**Data do Ato de
designação:** 01/01/2015

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: MARDIO SILVA JUNIOR

CPF: 207.368.191-34

Cargo: CONSELHEIRO SUPLENTE

Registro Profissional: A9055-7

Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO

**Processo de escolha de
dirigentes e exigências
quanto ao perfil:**

Ato de designação: ATA DE POSSE

**Data do Ato de
designação:** 01/01/2015

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: WALESKA SILVA REIS

CPF: 709.643.861-00

Cargo: CONSELHEIRO TITULAR

Registro Profissional: A41746-7

Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: ATA DE POSSE

Data do Ato de designação: 01/01/2015

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: GISLAINE FABRIS

CPF: 593.727.611-68

Cargo: CONSELHEIRO SUPLENTE

Registro Profissional: A41747-5

Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: ATA DE POSSE

Data do Ato de designação: 01/01/2015

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: ISABELA MAMPRIM BALBINO

CPF: 006.734.751-74

Cargo: CONSELHEIRO SUPLENTE

Registro Profissional: 101537-0

Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: ATA DE POSSE

Data do Ato de designação: 01/01/2015

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: MANOELA RONDON OURIVES BASTOS

CPF: 859.302.611-72

Cargo: CONSELHEIRO TITULAR

Registro Profissional: A79239-0
Entidade: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:
Ato de designação: ATA DE POSSE
Data do Ato de designação: 01/01/2015
Data inicial do mandato: 01/01/2015
Data final do mandato: 31/12/2017
Informações adicionais

Dirigente:	EDUARDO CHILLETTO
CPF:	866.420.067-04
Cargo:	CONSELHEIRO TITULAR
Registro Profissional:	CAU nº A17052-6
Entidade:	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO MT
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	ATA DE POSSE
Data do Ato de designação:	01/01/2015
Data inicial do mandato:	01/01/2015
Data final do mandato:	31/12/2017
Informações adicionais	

Dirigente:	MARIO GOMES MONTEIRO
CPF:	068.539.271-68
Cargo:	CONSELHEIRO SUPLENTE
Registro Profissional:	CAU nº 2101-6
Entidade:	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO MT
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	ATA DE POSSE
Data do Ato de designação:	01/01/2015
Data inicial do mandato:	01/01/2015
Data final do mandato:	31/12/2017
Informações adicionais	

Incluído todos conselheiros

5.3 AUDITORIA

“No âmbito de funcionamento dos CAU, tanto o nacional quanto os estaduais e do Distrito Federal, uma das instâncias de controle é a realização de auditoria junto aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo, com o objetivo de garantir a observância dos princípios constitucionais de legalidade, moralidade e eficiência na gestão pública. O processo é realizado por empresa de auditoria independente especialmente contratada para tal fim. As principais conclusões da auditoria realizada no CAU/UF estão no documento anexo Relatório dos Auditores Independentes. Ressalta-se, ainda, a Comissão de Contas que cumprem papel similar, efetuando vistas, observações, sugestões, recomendações e apontamentos sobre todas as contas (balançotes, balanços), orçamento anual, Plano de Ação, reformulações e transposições, execução orçamentária (desempenho da arrecadação e gastos por unidade de contas, projeto/atividade), e ainda análise dos relatórios com informações gerenciais.”

5.4 APURAÇÕES

Não existiu ato ilícito no Conselho

5.5 GESTÃO RISCOS

O CAU/MT tem constituída a Comissão de Planejamento, Administração e Finança que realiza o acompanhamento da execução do orçamento, as prestações de contas e realiza sua aprovação e apresentação em reuniões plenárias. Conforme definido no Regimento Interno do CAU/MT a comissão “tem por finalidade zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro e pela organização e funcionamento do CAU/MT, respeitado o disposto nos artigos 24, 33 e 34 da Lei nº 12.378/2010.”

5.6 REMUNERAÇÕES

“Art. 40. O exercício das funções de presidente e de conselheiro do CAU/BR e dos CAUs não será remunerado.”

5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE

SISTEMÁTICA DE CONTRATAÇÃO DA AUDITORIA INDEPENDENTE	Foi realizado o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, segundo os ditames jurisprudenciais do TCU, sem prejuízo da melhor forma de assegurar-se a qualificação técnica de possíveis licitantes, nos limites legais.		
NOME DA EMPRESA CONTRATADA	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES – SOCIEDADE SIMPLES	CPNJ DA CONTRATADA	54.276.939/0001-79
ENDEREÇO DA EMPRESA CONTRATADA	Rua Major Quedinho, nº 90, 3º andar, Bairro Consolação, CEP: 01050-030, São Paulo – SP.		
CONTATO	Tel: +55 (11) 3848 5880 Fax: +55 (11) 3045 7363 www.bdobrazil.com.br		
DATA DO CONTRATO	24/02/2017	VALOR DO CONTRATO	R\$ 247.581,78
SERVIÇOS CONTRATADOS	Execução dos trabalhos de análise, revisão e emissão de relatórios e pareceres sobre os controles internos e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, quanto à posição financeiras e patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e dos 27 Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAU/UF.		
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	O contrato assinado com a licitante tem vigência de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura (29/02/2016), podendo, a critério da Contratante, e sob condições vantajosas, ser prorrogado mediante termo aditivo, por sucessivos períodos, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.		

AUDITORIA REALIZADA NO CAU/MT DE 27/03/2017 A 31/03/2017

6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

INTRODUÇÃO SEÇÃO

Em 2013 o CAU/BR realizou o concurso público para a formação do novo quadro de pessoal do CAU/MT

6.1 GESTÃO DE PESSOAS

O Quadro de servidores do CAU/MT é composto por 12 concursados, 03 comissionados e 05 estagiários

6.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL

Força de trabalho: concursados, comissionados e estagiários

6.1.2 DESPESA C/ PESSOAL

Despesas com Pessoal

Análise Crítica

As despesas com folha de pagamento foram abaixo do limite 55% da diretriz do CAUBR

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas variáveis						Despesas exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assist. e previd.	Demais despesas var.			
Membros de poder e agentes políticos										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
2016	629.196,27	0,00	0,00	0,00	0,00	121.461,17	0,00	0,00	0,00	750.657,44
2015	577.437,70	0,00	0,00	0,00	34.661,30	77.452,33	0,00	0,00	5.815,88	695.367,21
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com órgão da unidade										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VINCULO com a administração pública (exceto temporários)										
2016	170.430,69	0,00	0,00	0,00	0,00	21.252,00	0,00	0,00	0,00	191.682,69
2015	122.384,78	0,00	14.811,00	0,00	26.286,50	19.852,00	0,00	0,00	0,00	183.334,28
Servidores cedidos com ônus										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Servidores com contrato temporário

2016	58.920,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.920,00
2015	48.951,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.951,01

6.1.3 GESTÃO DE RISCOS

acompanhamento dos Exames de saúde laboral, o EPI - Equipamento de Proteção Individual para suprir a Fiscalização

6.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

Não consta

6.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

“O CAU/MT não possui área específica responsável pela gestão de TI por existir um centro de serviços compartilhados que gera uma série de vantagens para os CAU/UF e para a comunidade dos arquitetos e urbanistas como a melhor prestação de serviços em todo o país e de maneira uniformizada; economia de escala na compra de tecnologias e treinamento dos atendentes; e facilidade de atualização tecnológica, uma vez que o mesmo sistema será usado em todas as unidades da federação.

O Centro de Serviços Compartilhados (CSC) gerencia serviços como o Sistema de Comunicação e Informação do CAU (SICCAU) e o Sistema de Inteligência Geográfica (IGEO), além de informações contábeis e gerenciais internas do CAU. Os custos são compartilhados entre o CAU/BR e os CAU/UF, em conformidade com as obrigações respectivas estabelecidas pela Lei 12.378/2010.”

6.2.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

“O CAU/MT em conjunto com o CAU/BR, conta com o atendimento do Centro de Serviços Compartilhados-CSC, conforme definido na Resolução n. 92 do CAU/BR, de 10 de outubro de 2014, que compreendem os seguintes serviços:

a) Sistema de Informação e Comunicação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU) nos módulos:

1 - Gerencial: Orçamentário, Financeiro e Contábil, Centro de Custo, Patrimônio, Passagens e Diárias, Almoxarifado, Compras e Contratos;

2 - Corporativo e Ambiente Profissional;

3 - Sistema de Informação Geográfica;

b) Serviço de DATA CENTER;

c) Rede Integrada de Atendimento (RIA), compreendendo:

1 - Serviço de Tele Atendimento Qualificado (TAQ);

2 - Serviço Telefônico de Tele Atendimento 0800;

3 - Rede Social Corporativa dos Arquitetos e Urbanistas;

4 - Atendente Virtual.”

7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

INTRODUÇÃO SEÇÃO

Em relação aos serviços prestados o CAU/MT possui entre seus públicos potenciais os profissionais de arquitetura e urbanismo; a sociedade civil; as instituições de ensino; os estudantes de arquitetura e urbanismo; entidades relacionadas a profissão; órgãos públicos e outras instituições. As premissas estabelecidas na finalidade do Conselho de “orientar, disciplinar e fiscalizar”, repercutem de forma direta ou indireta em todos eles.

O Plano de Ação do CAU para 2016 buscou assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com a sociedade, conforme objetivo delimitado no Planejamento Estratégico 2023 do CAU. Para alcançar os objetivos delimitados foram realizadas melhorias no setor de atendimento do CAU/MT. O setor passou por reestruturações de pessoal e compra de equipamentos e secretária digital, para agilizar o atendimento e reduzir o tempo de espera.

O Conselho também dispõe de um setor de comunicação composto por uma Analista de Comunicação concursada, graduada em publicidade e propaganda, mestre em cultura contemporânea; e uma estagiária estudante de comunicação social, habilitação em jornalismo.

No setor de comunicação, além do atendimento aos profissionais e sociedade são desenvolvidas atividades de apoio as ações e campanhas do CAU/BR; produção de relatórios diversos; atualização do portal de transparência, site e redes sociais do Conselho. Atende solicitações do

CAU/BR e CAU/UFs; da Presidência, Conselho Diretor, Plenária e Comissões; dos departamentos internos; e solicitações externas, como parceiros e mídia. Além disso, desempenha mais de 20 ações consideradas atividades gerais do setor.

7.1 CANAIS DE ACESSO

Introdução

Os profissionais, estudantes, instituições de ensino, organizações públicas e privadas, ou qualquer membro da sociedade pode ter acesso ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso através do seu site oficial, portal de transparência, redes sociais, telefones, e-mails, SICCAU e presencialmente em sua sede.

Análise Crítica

Foi implantado o portal de transparência, até o momento não foram recebidos reclamações, solicitações e sugestões, as denúncias estão quantificadas abaixo

Solicitações	Reclamações	Denúncias	Sugestões	Atendimentos/Encaminhamentos
0	0	79	0	60

Canais de Acesso

O site do CAU/MT está hospedado no link <http://www.caumt.org.br>. No ano de 2016 foram publicadas 550 notícias, buscando comunicar assuntos de interesse não apenas para os arquitetos, mas para toda a sociedade. O site informa telefones para contatos, e-mails de todos os setores e conselheiros, endereço da sede física, e contato para outros CAU/UF, assim como para a ouvidoria do CAU/BR

Também estão disponíveis no site informações gerais do Conselho, como eventos, atividades desempenhadas, calendário de reuniões, representações, relatórios, folha de pagamento, organograma, relação de cargos, editais, contratos, convênios, entre outros.

Nesse ano foi implantado o portal de transparência do CAU/MT, disponível no link: <http://transparencia.caumt.gov.br>. A ferramenta atende à Lei nº 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação, que normatiza os artigos 5º e 37 da Constituição Federal ao estabelecer que todas as informações disponíveis em qualquer entidade pública sejam disponibilizadas na internet, com exceção apenas de documentos oficialmente declarados como sigilosos. Os procedimentos para o cumprimento da legislação são detalhadas no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso pela Portaria Normativa CAU/MT nº 02/2016.

O Conselho possui redes sociais no Facebook [[@caumtofcial](#)], Twitter [[@CAUMT1](#)], LinkedIn [Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso - Oficial] e Youtube [[CAUMTTV](#)]. No ano de 2016 foram registrados 2.362 seguidores da página oficial do CAU/MT no Facebook; 241 seguidores na plataforma do Twitter; 148 usuários seguidores no LinkedIn e 45 inscritos no canal do YouTube. São realizadas postagens diariamente com notícias, informações gerais, e conteúdos relevantes sobre a arquitetura e urbanismo.

A sede do CAU/MT está localizada na: Av. Historiador Rubens de Mendonça nº 2368 Salas 101,102 e 103 - Edifício Top Tower - Bairro Jardim Aclimação - Cuiabá/MT - CEP: 78050-000. O horário de atendimento presencial é das 12h às 18h, horário local. Os telefones para contato são (65) 3028-4652 e (65) 3028-1100.

7.2 PESQUISA SATISFAÇÃO

Feito através do Portal de Transparência

7.3 TRANSPARÊNCIA

Introdução

A lei que regulamenta o direito à informação, garantido pela Constituição Federal, obriga os órgãos públicos a divulgar informações de interesse público, com procedimentos que facilitem o acesso qualquer pessoa. O CAU/MT usa como principal veículo para a divulgação de informação o seu site, possuindo o portal Transparência, no qual procura deixar acessível a todos as informações do Conselho.

Endereço do portal da transparência

<http://transparencia.caumt.gov.br/>

Informações disponíveis ao Cidadão

Análise crítica

O Portal de transparência traz informações referentes a atuação do CAU/MT, consideradas úteis e relevantes à sociedade contribuindo para a transparência da gestão, inclusive os relatórios de gestão e, sempre que existentes, os relatórios de auditoria de gestão e acórdãos do TCU concernentes.

7.4 ACESSIBILIDADE

Medidas Adotadas

O prédio já atende as normas, contudo no ano de 2017 será implantado a sinalização para deficientes visuais e adaptação de mais um banheiro para PNE na sala do conselho.

Informações Adicionais

8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 DESEMPENHO FINANCEIRO

1.00 - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DA RECEITA

A receita arrecadada até o mês de dezembro de 2016 atingiu o valor de R\$ 2.417.411,10 que corresponde a 104,07% da Receita Corrente que é de R\$ 2.322.792,00 e de 56,73% da Receita Orçamentária de 2016 que é de R\$ 4.261.517,00.

DA DESPESA

A despesa realizada até o mês de dezembro de 2016 atingiu o valor de R\$ 2.306.130,68, que corresponde a 54,12% da Proposta Orçamentária de 2016, que é de R\$ 4.261.517,00.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Comparando a Receita Arrecadada com a Despesa Realizada até o mês de dezembro de 2016, constatou-se um Superávit Orçamentário no valor de R\$ 111.280,42 do valor arrecadado até o mês de dezembro de 2016.

2.00 - SALDO DISPONÍVEL

O saldo disponível que passou para o mês de janeiro de 2017 foi de R\$ 2.175.819,12 que está demonstrado no Balanço Patrimonial do mês de dezembro de 2016.

3.00 RESULTADO FINANCEIRO

Na análise procedida no Balanço Patrimonial do mês de dezembro de 2016, verificou-se que o CAU MT passou com um Superávit Financeiro no valor de R\$ 2.036.875,39.

4.00- RESULTADO PATRIMONIAL

O CAU MT apresentou até o mês de dezembro de 2016, um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 700.702,35, conforme demonstrado abaixo:

Variação Patrimonial Aumentativa	R\$ 3.012.283,87
(-) Variação Patrimonial Diminutiva	R\$ (2.311.581,52)

(=) Superávit Patrimonial acumulado até dezembro de 2016 .R\$ 700.702,35

5.00 - DOS EXTRATOS BANCÁRIOS

Procedemos a conferência de todos os extratos bancários com os saldos do livro razão, na data de 31 de dezembro de 2016, através do sistema de Auditoria.Net e não constatamos nenhuma divergência.

6.00 – DA CONFERÊNCIA DOS BALANÇOS

Após análise e conferência dos Balanços que compõem a Prestação de Contas de 2016 do CAU MT, informamos que não constatamos nenhuma impropriedade. Os balanços analisados foram os seguintes:

Balanço Financeiro;

Balanço Patrimonial;

Demonstração das Variações Patrimoniais;

Demonstração do Fluxo de Caixa;

Comparativo da Receita Orçada e Realizada;

Comparativo da Despesa Orçada com a Realizada;

Balancete Analítico de Verificação.

7. COMPARATIVO RECEITA/DESPESA – 2015/2016

Conforme demonstrado no Siscont.Net, o comportamento da receita e despesa de 2016 comparada com 2015 foi a seguinte:

a) A receita arrecadada no exercício de 2016 foi superior à receita arrecadada no mesmo período de 2015 em R\$ 85.650,09, correspondente a um aumento de 4,00%;

b) A despesa realizada no exercício de 2016 foi superior à despesa realizada no mesmo período de 2015 em R\$ 129.783,92, correspondente a um aumento de 6,00%.

8.00 – COTA PARTE CAU BR

Conforme demonstrado na receita arrecadada do CAU BR até o mês de dezembro de 2016, o repasse da cota parte do CAU MT foi de R\$ 536.087,26.

Ao analisarmos o demonstrativo da receita do CAU MT até o mês de dezembro de 2016, constatamos que os valores estão compatíveis os transferidos para o CAU BR, tendo em vista que o valor recebido pelo CAU MT, correspondente a 80,00% foi de R\$ 2.133.634,38.

9.00 – CONFRONTO SALDO PATRIMONIAL – SISCONT.NET/SISPA.NET

Confrontamos os saldos das contas do sistema patrimonial (Siscont.Net) com o inventário patrimonial (Sispat.Net) e não constatamos nenhuma impropriedade.

10.00 – COMENTÁRIO:

Esclarecemos que a conferência dos balanços e confirmação dos saldos bancários com os registros contábeis, foram realizados via web, através do Siscont.Net, Sispat.Net e Auditoria, onde constatamos que todos os procedimentos contábeis estão adequados a legislação vigente, (Lei nº 4.320/64 e o Manual da Contabilidade Pública da STN), atendendo ao artigo 8º, incisos § 3º e § 6º da Resolução nº 101/2015.

Informamos que a documentação contábil que gerou a prestação de contas anual não foi objeto de nossa análise, portanto, este relatório não exime a necessidade dos trabalhos da auditoria independente sobre os documentos físicos in loco e da Auditoria Interna do CAU/BR.

11.00 - CONCLUSÃO:

Tendo em vista que não constatamos nenhuma falha nos Balanços do CAU MT relativo ao exercício de 2016, informamos que os mesmos estão em condições de ser analisados pela Auditoria externa.

8.2 NCASP

Conselho adotou as normas NCASP no exercício? **Sim**

Justificativa

A partir de 1º de janeiro de 2012 a contabilidade do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Mato Grosso passou a ser elaborada com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). As demonstrações contábeis são ainda elaboradas em conformidade ao que regulamenta a Parte V – Demonstrações Contábeis do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica de um ativo

Método Linear

Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

Método Linear

Taxas utilizadas para os cálculos

Conforme Instrução Normativa SRF 162/98 e 130/99

Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

Mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos e do imobilizado realizado pelo CUSTO DE AQUISIÇÃO

Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado no exercício

Segue anexo as variações patrimoniais

Informações adicionais

8.3 APURAÇÃO CUSTOS

Informações dos Relatórios Gerenciais de acompanhamento de Execução Orçamentária e Financeira, que são destinados tanto à Assessoria de Planejamento e Gestão da Estratégia do CAU/BR, como os apresentados às Comissões de Finanças de cada estado e ainda os Regimentos Internos e Portarias que normatizam essa estrutura, como por exemplo, a Resolução CAU/BR nº 101, de 27 de março de 2015.

8.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nome	Descrição
Balanço Financeiro.pdf	Balanço Financeiro
Balanço Orçamentário.pdf	Balanço Orçamentário
Balanço Patrimonial.pdf	Balanço Patrimonial
Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf	Demonstrativo do Fluxo de Caixa
Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf	Demonstrativo das Variações Patrimoniais

ANEXO - Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf - Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das Variações Patrimoniais - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro - Anexo do tópico 8.4

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	2.417.411,10	2.331.761,01	Despesa Orçamentária	2.306.130,68	2.262.460,02
RECEITA REALIZADA	2.417.411,10	2.331.761,01	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		
RECEITA CORRENTE	2.417.411,10	2.331.761,01	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	14.722,70	2.176.346,76
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	632.935,01	517.257,99	CREDITO EMPENHADO – PAGO	2.291.407,98	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	632.935,01	517.257,99	DESPEZA CORRENTE	2.246.127,98	
ANUIDADES	632.935,01	517.257,99	PESSOAL	1.214.783,91	
RECEITA DE SERVIÇOS	1.445.896,83	1.488.004,69	MATERIAL DE CONSUMO	13.314,99	
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.445.896,83	1.487.884,17	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	145.702,70	
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS		120,52	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	547.026,91	
FINANCEIRAS	330.036,68	282.064,16	ENCARGOS DIVERSOS	72.820,67	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	330.036,68	282.064,16	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	252.478,80	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	17.227,13	11.032,70	DESPEZA DE CAPITAL	45.280,00	
MULTAS SOBRE ANUIDADES	32.826,52	16.187,15	INVESTIMENTOS	45.280,00	
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	279.983,03	254.844,31			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.542,58	44.434,17			
MULTAS DE INFRAÇÕES	4.748,26	23.225,75			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.793,69	21.208,42			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,63				

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			CREDITO EMPENHADO LIQUIDADADO		2.176.346,76
			DESPEZA CORRENTE		2.166.528,68
			PESSOAL		1.090.272,97
			MATERIAL DE CONSUMO		36.789,22
			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		138.237,20
			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		583.832,31
			ENCARGOS DIVERSOS		98.795,95
			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		218.601,03
			DESPEZA DE CAPITAL		9.818,08
			INVESTIMENTOS		9.818,08
			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		86.113,26
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	160.770,74	2.478.986,20	Pagamentos Extraorçamentários	201.265,88	2.465.421,45
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	14.722,70		Pagamentos de Restos a Pagar Processados	45.129,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	131.280,00		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	134.722,80	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	14.768,04		Outros Pagamentos Extraorçamentários	21.414,08	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	2.105.033,84	2.022.168,10	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	2.175.819,12	2.105.033,84
Caixa e Equivalente de Caixa	2.105.033,84		Caixa e Equivalente de Caixa	2.175.819,12	
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		
Total:	4.683.215,68	6.832.915,31		4.683.215,68	6.832.915,31

Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário - Anexo do tópico 8.4

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	2.309.194,00	2.322.792,00	2.417.411,10	94.619,10
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	615.325,00	601.369,00	632.935,01	31.566,01
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	615.325,00	601.369,00	632.935,01	31.566,01
ANUIDADES	615.325,00	601.369,00	632.935,01	31.566,01
RECEITA DE SERVIÇOS	1.639.748,00	1.532.044,00	1.445.896,83	-86.147,17
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.639.748,00	1.532.044,00	1.445.896,83	-86.147,17
FINANCEIRAS	54.121,00	189.379,00	334.784,94	145.405,94
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	54.121,00	189.379,00	334.784,94	145.405,94
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	0,00	0,00	17.227,13	17.227,13
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	4.748,26	4.748,26
MULTAS SOBRE ANUIDADES	54.121,00	49.379,00	32.826,52	-16.552,48
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	140.000,00	279.983,03	139.983,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	3.794,32	3.794,32
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	3.793,69	3.793,69
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	0,63	0,63
RECEITA DE CAPITAL	1.890.000,00	1.938.725,00	0,00	-1.938.725,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.890.000,00	1.938.725,00	0,00	-1.938.725,00
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	1.890.000,00	1.938.725,00	0,00	-1.938.725,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			4.199.194,00	4.261.517,00	2.417.411,10	-1.844.105,90
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			4.199.194,00	4.261.517,00	2.417.411,10	-1.844.105,90
DESpesas ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	2.267.772,00	2.322.791,80	2.260.850,68	2.260.850,68	2.246.127,98	61.941,12
PESSOAL	1.104.895,00	1.221.069,29	1.214.783,91	1.214.783,91	1.214.783,91	6.285,38
PESSOAL E ENCARGOS	1.073.135,00	1.180.052,68	1.174.926,41	1.174.926,41	1.174.926,41	5.126,27
DIÁRIAS	31.760,00	41.016,61	39.857,50	39.857,50	39.857,50	1.159,11
MATERIAL DE CONSUMO	22.401,00	19.144,85	15.754,99	15.754,99	13.314,99	3.389,86
MATERIAL DE CONSUMO	22.401,00	19.144,85	15.754,99	15.754,99	13.314,99	3.389,86
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	165.588,00	151.674,31	146.797,70	146.797,70	145.702,70	4.876,61
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	70.188,00	66.932,22	62.822,54	62.822,54	62.822,54	4.109,68
DIÁRIAS	95.400,00	84.742,09	83.975,16	83.975,16	82.880,16	766,93
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	607.935,50	598.438,16	558.214,61	558.214,61	547.026,91	40.223,55
SERVIÇOS DE CONSULTORIA/ASSESSORIA	95.000,00	49.412,46	49.200,00	49.200,00	45.200,00	212,46
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	49.600,00	29.521,42	9.111,51	9.111,51	9.111,51	20.409,91
SERVIÇOS PRESTADOS	359.705,50	363.840,29	345.305,94	345.305,94	340.009,13	18.534,35
PASSAGENS	103.630,00	155.663,99	154.597,16	154.597,16	152.706,27	1.066,83
ENCARGOS DIVERSOS	108.485,50	75.480,39	72.820,67	72.820,67	72.820,67	2.659,72
ENCARGOS DIVERSOS	108.485,50	75.480,39	72.820,67	72.820,67	72.820,67	2.659,72
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	258.467,00	256.984,80	252.478,80	252.478,80	252.478,80	4.506,00
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	94.451,70	92.997,00	92.997,00	92.997,00	92.997,00	0,00
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	20.000,00	6.200,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	1.200,00
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS	144.015,30	157.787,80	154.481,80	154.481,80	154.481,80	3.306,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	1.890.000,00	1.938.725,00	45.280,00	45.280,00	45.280,00	1.893.445,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
INVESTIMENTOS	1.890.000,00	1.938.725,00	45.280,00	45.280,00	45.280,00	1.893.445,00
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	1.835.000,00	1.857.725,00	0,00	0,00	0,00	1.857.725,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	55.000,00	81.000,00	45.280,00	45.280,00	45.280,00	35.720,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	41.422,00	0,20	0,00	0,00	0,00	0,20
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	4.199.194,00	4.261.517,00	2.306.130,68	2.306.130,68	2.291.407,98	1.955.386,32
SUPERÁVIT	0,00	0,00	111.280,42	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.199.194,00	4.261.517,00	2.417.411,10	2.306.130,68	2.291.407,98	1.844.105,90

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESA CORRENTE	0,00	46.529,00	45.129,00	1.400,00	0,00
PESSOAL	0,00	19.939,61	19.939,61	0,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	4.800,00	4.800,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	21.789,39	20.389,39	1.400,00	0,00
TOTAL:	0,00	46.529,00	45.129,00	1.400,00	0,00

Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial - Anexo do tópico 8.4

Balço Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	2.796.558,54	PASSIVO CIRCULANTE	138.943,73
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.175.819,12	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	615.046,50	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4.107,83	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	14.927,62
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	1.585,09	PROVISÕES A CURTO PRAZO	120.488,61
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	222.275,97	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.527,50
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
IMOBILIZADO	222.275,97	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
BENS MÓVEIS	341.934,36	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	119.658,39	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
INTANGÍVEL	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00
		TOTAL DO PASSIVO	138.943,73

		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Especificação	Exercício Atual
		Patrimônio Social e Capital Social	0,00
		Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00
		Demais Reservas	0,00
		Resultados Acumulados	2.879.890,78
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.879.890,78

TOTAL	3.018.834,51	TOTAL	3.018.834,51
ATIVO FINANCEIRO	2.175.819,12	PASSIVO FINANCEIRO	138.943,73
ATIVO PERMANENTE	843.015,39	PASSIVO PERMANENTE	0,00
SALDO PATRIMONIAL			2.879.890,78

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Saldo do Atos Potenciais Ativos		Saldo do Atos Potenciais Passivos	
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	2.036.875,39	1.940.736,42

Notas Explicativas

2016 - Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis 2016 e 2015

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU MT

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU BR, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 033/2012.

O Conselho está localizada no Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 02, Bloco “C”, Ed. Serra Dourada, Salas 401/409 - Asa Sul

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de Março de 2017.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;

- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;

- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e

- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado e a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Contas a receber de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU BR, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizado de cada caso.

3.3. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos
Equipamentos de processamento de dados	5
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Utensílios de copa e cozinha	10
Veículos	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.4. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.5. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.7. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.8. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.9. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.10. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.11. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
o conta movimento	3.764	4.288
cações financeiras	2.172.055	2.100.746
	2.175.819	2.105.034

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	2016	2015
Contas a receber de anuidades	615.047	23.131
	615.047	23.131

7. Imobilizado

Líquido

	Custo	Depreciação Acumulada	2016	2015
Móveis e utensílios	151.712	45.359	106.353	116.371
Máquinas e equipamentos	33.374	11.066	22.308	25.479
Instalações	4.659	1.046	3.613	4.032
Utensílios de copa e cozinha	3.162	920	2.242	2.527
Veículos	58.100	23.530	34.570	45.028
Equipamento de processamento de dados	90.927	37.737	53.190	21.870
Total	341.934	119.658	53.190	21.870

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	31.12.2015	Adições	Baixas	Depreciações	31.12.2016
Móveis e utensílios	116.371	3.764	-	- 13.7	106.353

Máquinas e equipamentos	25,479	-	-	- 3.171	22.308
Instalações	4.032	-	-	- 419	3.613
Utensílios de copa e cozinha	2.527	-	-	-285	2.242
Veículos	45.028	-	-	-10.458	34.540
Equipamentos de processamentos de dados	21.870	41.516	-	- 10.196	53.190
Total	215.307	45.280	-	-	222.276

8. Fornecedores a pagar

	2016	2015
prestação de serviços	14.723	48.086
Imposto sobre o Consumo do Estado de Mato Grosso do Sul - ICMS/MS - CAU/UF	205	138
	14.928	48.224



Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
A vencer	14.928	48.224
	14.928	48.224

9. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	2016	2015
Salários e encargos sociais	-	130
Provisão para férias e encargos sociais	120.489	104.393
IRRF a recolher	1.201	7.078
PIS e COFINS a recolher	-	-
INSS a recolher	1.414	6.200

Outros impostos a recolher	912	879
	124.016	118.680
Passivo circulante	124.016	118.680
Passivo não circulante	-	-
	124016	118.680

10. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2016	2015
Depreciação e amortização	- 38.311	- 34.925
Despesas com pessoal	- 1.190.976	- 1.308.476
Despesas com contratação de terceiros	- 762.516	- 651.329
Impostos, taxas e contribuições	- 69.389	- 93.341
Transferências concedidas	- 252.479	- 218.601
	- 2.313.670	- 2.306.672

11. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2016	2015
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	3.012.284	2.348.060
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesas)	(2.313.671)	(2.306.672)
= Superávit Patrimonial apurado	698.613	41.388

Resultado Orçamentário	2016	2015
Receitas Orçamentária Arrecadada	2.417.411	2.331.761
(-) Despesas Empenhadas	(2.306.131)	(2.176.347)
= Superávit Orçamentário Apurado	111.280	155.414

Resultado Financeiro	2016	2015
Saldo Disponível Apurado	2.175.819	2.105.905
(-) Passivo Financeiro	(138.944)	(166.905)
(=) Superávit Financeiro Apurado	2.036.875	1.938.129

12. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que consideram, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A

cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Escritórios Demais a partir do primeiro andar (exceto informática)	Incêndio, explosão e fumaça	1.000.000.000
Escritórios Demais a partir do primeiro andar (exceto informática)	Danos elétricos	50.000
Escritórios Demais a partir do primeiro andar (exceto informática)	Perda de aluguel	50.000
Escritórios Demais a partir do primeiro andar (exceto informática)	Subtração de bens	30.000
Escritórios Demais a partir do primeiro andar (exceto informática)	Equipamentos eletrônicos	50.000
Escritórios Demais a partir do primeiro andar (exceto informática)	Quebra vidros	10.000
Escritórios Demais a partir do primeiro andar (exceto informática)	Derrame vazamento de Sprinklers	20.000

Escritórios Demais a partir do primeiro andar (exceto informática)	Recomposição	10.000
Escritórios Demais a partir do primeiro andar (exceto informática)	Impacto veiculo e queda de aeronave	50.000
Escritórios Demais a partir do primeiro andar (exceto informática)	Vendaval sem impacto de veiculo	50.000
Escritórios Demais a partir do primeiro andar (exceto informática)	Despesas de instalação	50.000
		<hr/>
		1.000.370.000

13. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

14. Eventos subsequentes

Se houver eventos subsequentes de 1° de Janeiro até data de emissão do relatório de auditoria e, que seja necessário a sua divulgação, conforme CPC

24/IAS 10 deverá ser divulgada a informação, para fins de apresentação.

* * *

**Demonstrativo das Variações
Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das
Variações Patrimoniais - Anexo do tópico
8.4**

Variações Patrimoniais

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	3.012.283,87	2.348.059,79	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	2.313.671,52	2.306.672,24
CONTRIBUIÇÕES	1.245.937,18	531.437,97	PESSOAL E ENCARGOS	1.190.976,58	1.075.671,36
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.245.937,18	531.437,97	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	1.058.308,59	966.242,13
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.245.937,18	531.437,97	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	1.058.308,59	966.242,13
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	1.444.882,70	1.488.004,69	BENEFÍCIOS A PESSOAL	132.667,99	109.429,23
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.444.882,70	1.488.004,69	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	132.667,99	109.429,23
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.444.882,70	1.488.004,69	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	870.216,14	1.012.399,85
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	308.949,83	276.175,90	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	15.359,15	29.427,03
JUROS E ENCARGOS DE MORA	1.522,07	0,00	CONSUMO DE MATERIAL	15.359,15	29.427,03
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	1.522,07	0,00	SERVIÇOS	816.546,41	948.047,77
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	17.227,13	11.032,70	DIARIAS	123.832,66	128.783,69
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	17.227,13	11.032,70	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	217.419,70	161.878,46
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	290.200,63	265.143,20	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	475.294,05	657.385,62
MULTAS SOBRE ANUIDADES	290.200,63	265.143,20	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	38.310,58	34.925,05
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	12.514,16	52.441,23	DEPRECIACAO	38.310,58	34.925,05
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,63	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	252.478,80	218.601,03
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,63	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	252.478,80	218.601,03
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	12.513,53	52.441,23	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	252.478,80	218.601,03
MULTAS ADMINISTRATIVAS	5.762,39	29.114,01			
INDENIZAÇÕES	3.793,69	21.208,42			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	2.957,45	2.118,80			
Total das Variações Ativas :	3.012.283,87	2.348.059,79	Total das Variações Passivas :	2.313.671,52	2.306.672,24
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	698.612,35	41.387,55

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Total	3.012.283,87	2.348.059,79	Total	3.012.283,87	2.348.059,79

**Variações Patrimoniais Qualitativas
(decorrentes da execução orçamentária)**

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	45.280,00	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00

**Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf -
Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Anexo
do t3pico 8.4**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	2.417.411,10	2.331.761,01
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	632.935,01	517.257,99
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	632.935,01	517.257,99
ANUIDADES	632.935,01	517.257,99
RECEITA DE SERVIÇOS	1.445.896,83	1.488.004,69
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.445.896,83	1.487.884,17
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	120,52
FINANCEIRAS	330.036,68	282.064,16
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	330.036,68	282.064,16
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	17.227,13	11.032,70
MULTAS SOBRE ANUIDADES	32.826,52	16.187,15
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	279.983,03	254.844,31
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.542,58	44.434,17
MULTAS DE INFRAÇÕES	4.748,26	23.225,75
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.793,69	21.208,42
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,63	0,00
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	2.478.986,20
OUTROS INGRESSOS	146.048,04	0,00
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO		
DESPEZA CORRENTE	2.246.127,98	0,00
PESSOAL	1.214.783,91	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	13.314,99	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	145.702,70	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	547.026,91	0,00
ENCARGOS DIVERSOS	72.820,67	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	252.478,80	0,00
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	2.465.421,45
DESPEZA CORRENTE	0,00	2.166.528,68
PESSOAL	0,00	1.090.272,97
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	36.789,22
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	138.237,20
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	583.832,31
ENCARGOS DIVERSOS	0,00	98.795,95
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	218.601,03
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	86.113,26
OUTROS DESEMBOLSOS	201.265,88	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	116.065,28	92.683,82
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
Crédito Empenhado Pago		

	Exercício Atual	Exercício Anterior
INVESTIMENTOS	45.280,00	0,00
Crédito Empenhado Liquidado		
INVESTIMENTOS	0,00	9.818,08
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-45.280,00	-9.818,08
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	70.785,28	82.865,74
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.105.033,84	2.022.168,10
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	2.175.819,12	2.105.033,84

9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 DETERMINAÇÕES DO TCU

Não se aplica

9.2 RECOMENDAÇÕES DE CONTROLE INTERNO

Não se aplica

9.3 DANOS AO ERÁRIO

Não houve

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não há

11 - ANEXOS E APÊNDICES

11.1 ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO - Declaração de Unidade Pessoal - Vide anexo do tópico 11.1 no final da seção

ANEXO - Deliberação Plenária - Vide anexo do tópico 11.1 no final da seção

Declaração de Unidade Pessoal - Anexo do tópico 11.1

DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL

Com a finalidade de atender à exigência das Resolução CAU/BR nº101, de 27 de março de 2015, declaramos que os responsáveis o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Mato Grosso estão em dia com a exigência da apresentação da declaração de bens e rendimentos, conforme estabelecida a Lei nº 8.730/93.

Cuiabá-MT, 05 de Abril de 2017

Lucimara L. Floriano da Fonseca
Gerente Geral do CAU/MT
CPF: 695.192.421-04

Deliberação Plenária - Anexo do tópico 11.1



INTERESSADO	CAU/MT
ASSUNTO	PROTOCOLO 2017.02.0001-FIN – PROCESSO REFERENTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO ANO DE 2016.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 344/17 DE 01 DE ABRIL DE 2017.

Protocolo 2017.02.001-FIN – Processo Referente à
Prestação de Contas Anual do ano 2016.

O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO – CAU/MT, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Art. 34 da Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e Art. 9 do Regimento Interno, de acordo com o que se deliberou em sessão plenária ordinária nº 63ª, do dia 01 de abril de 2017.

DELIBEROU:

1 – Aprovar o protocolo 2017.02.001-FIN – Processo referente à Prestação de Contas Anual do ano de 2016..

2 - Esta deliberação entra em vigor na data da Deliberação Plenária.

Com 04 votos favoráveis, 01 votos contrários, 00 abstenção.

Cuiabá, 01 de Abril de 2017.

EDUARDO CAIRO CHILETTO
Presidente em Exercício do CAU/MT

Assinatura(s)

12 - OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

12.1 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

ANEXO - Parecer de Colegiado - Vide anexo do tópico 12.1 no final da seção

ANEXO - Relatório de auditor independente - Vide anexo do tópico 12.1 no final da seção

Parecer de Colegiado - Anexo do t3pico 12.1

**Comissão de Planejamento, Administração e Finança do CAU/MT**

PROCESSO: 2017.02.001-FIN

INTERESSADO: Plenário do CAU/MT

ASSUNTO: Prestação de Contas Anual 2016

DELIBERAÇÃO Nº 88/2017 – CAF-CAU/MT

A Comissão de Planejamento, Administração e Finança do CAU/MT–(CAF-CAU/MT), reunida extraordinariamente em Cuiabá-MT na sede do CAU/MT, no uso das competências que lhe conferem o Art. 42 do Regimento Interno do CAU/MT, manifesta-se sobre assuntos de sua competência mediante ato administrativo da espécie deliberação da Comissão de Planejamento, Administração e Finança.

DELIBEROU:

Após analisar os documentos anexados neste processo, referente ao balancete de 2016, temos a apresentar a situação orçamentária e financeira do CAU/MT.

1. Receita: A arrecadação acumulada do conselho atingiu o valor de R\$ 2.417.411,02, 4% acima da proposta orçamentária que foi de R\$ 2.322.792,00, referente a Anuidades, RRT, Multas e outras receitas. Comparando com o exercício anterior os recebimentos com anuidades teve um aumento de 22%, enquanto que o RRT teve um decréscimo de 3% negativos.
2. Despesas: As despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 2016 atingiram os seguintes valores, referente a proposta orçamentária que foi no valor de R\$ 2.322.792,00.
3. Resultado Orçamentário: No balancete de 2016 foi constatado que a arrecadação ficou 4% acima e as despesas ficou 3% abaixo da proposta orçamentária. Com isso, o CAU obteve um superávit orçamentário no valor de R\$ 156.560,42
4. Saldo em espécie - Bancos: O saldo disponível em 2016 foi de R\$ 2.175.819,12 sendo que, R\$ 3.764,00 disponível em conta corrente e R\$ 2.172.055,00 em conta aplicação, SEM CONSIDERAR O RESTO A PAGAR.
5. Resultado Financeiro: o resultado financeiro do CAU/MT apresentou um superávit em 2016 no valor de R\$ 96.138,97, comparando com o mesmo período de 2015, foi verificado superávit de R\$82.866,00.

**DELIBERAÇÃO Nº 88/2017 – CAF-CAU/MT**

A Comissão de Planejamento, Administração e Finança do CAU/MT aprova o balancete do CAU/MT relativo ao ano de 2016, com voto contrário do Conselheiro Altair Medeiros.

Cuiabá - MT, 28 de março de 2017.

FRANCISCO JOSÉ DUARTE GOMES
Coordenador da CAF – CAU/MT

ALTAIR MEDEIROS
Conselheiro Titular

EDUARDO CAIRO CHILETTO
Conselheiro Titular

ELIANE DE CAMPOS GOMES
Conselheira Titular

CARLOS ALBERTO OSEKO JUNIOR
Conselheiro Titular

Relatório de auditor independente - Anexo do tópico 12.1

**CONSELHO DE ARQUITETURA E
URBANISMO DE MATO GROSSO - CAU/MT**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO - CAU/MT

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Balancos financeiros

Balancos orçamentários

Demonstrações das variações patrimoniais

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso - CAU/MT
Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso - CAU/MT (“Entidade” ou “Conselho”), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso - CAU/MT em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades do Setor Público (NBCASP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. A referida norma deverá nortear toda a contabilidade pública no Brasil, em convergência as internacionalmente aceitas, incluindo os principais conceitos que orientam a seleção das bases de mensuração de ativos e passivos das Entidades do Setor Público. Os efeitos decorrentes dessa normatização devem ser aplicados às demonstrações contábeis a partir de 1º de janeiro de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por nós, o qual emitimos relatório de auditoria, em 29 de abril de 2016, com modificação na opinião em relação aos seguintes assuntos: i) fundamentação quanto à vida útil dos bens do ativo imobilizado; ii) ausência de controles auxiliares analíticos dos valores a pagar; e iii) ausência de divulgação de determinadas informações às demonstrações contábeis. Entretanto, conforme mencionado na seção “Ênfase”, o CFC publicou a NBC TSP - Estrutura Conceitual e os efeitos devem ser aplicados pela administração do CAU/MT a partir de 1º de janeiro de 2017.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades do Setor Público (NBCASP), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 31 de março de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - MT

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - MT